



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**CURSO DE ECONOMIA ECOLÓGICA**

**VLADIANA LIMA DA SILVEIRA**

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES  
DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA ESCOLA DO CAMPO DE  
ENSINO MÉDIO FLORESTAN FERNANDES, MONSENHOR TABOSA-CE**

**FORTALEZA**

**2021**

Vladiana Lima da Silveira

O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES DO  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO  
MÉDIO FLORESTAN FERNANDES, MONSENHOR TABOSA-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Economia Ecológica do Centro de  
Ciências Agrárias da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharela em Economia Ecológica.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Inês Escobar da  
Costa.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S591p Silveira, Vladiana Lima da.  
O papel da educação do campo no contexto das desigualdades do acesso ao ensino superior : o caso da escola do campo de ensino médio Florestan Fernandes, Monsenhor Tabosa-CE / Vladiana Lima da Silveira. – 2021.  
57 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Inês Escobar da Costa.
1. Pedagogia da terra. 2. Movimentos sociais do campo. 3. Equidade educacional. I. Título.  
CDD 577
-

Vladiana Lima da Silveira

O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES DO  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO  
MÉDIO FLORESTAN FERNANDES, EM MONSENHOR TABOSA-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Economia Ecológica do Centro de  
Ciências Agrárias da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharela em Economia Ecológica.

Aprovada em: 01/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Inês Escobar da Costa (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Ms. José Filho Araújo Santos  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

Aos meus avós, Liduina e Roberto.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças e discernimento nos momentos que me sentia perdida e sem motivação para prosseguir.

A minha família, meus avós Liduina e Roberto, meus irmãos, e aos outros não citados, mas fizeram parte da minha vida. Agradeço por todo suporte dado e por sempre acreditarem que eu iria alcançar meus objetivos.

A minha orientadora, Dra. Maria Inês Escobar da Costa, por ter aceitado o desafio de me orientar e desenvolvido melhor minha percepção acadêmica e humana.

Aos meus companheiros de graduação da turma de 2017.2 e da vida que me acompanharam nessa jornada e me proporcionaram momentos memoráveis. Em especial a Antônia Evila, Breno Costa, Francisco Dyego, Lariane Porfirio, Maria Juliana, Thais Felismino e Thiago Pereira.

A duas pessoas incríveis que conheci durante o intercâmbio na Espanha, Beatriz Freitas e Michele Carvalho, por fazerem rir e por todos os momentos divertidos que compartilhamos.

Aos meus companheiros nos projetos que fiz parte pelas experiências e aprendizados que estão refletidas nesse trabalho, em especial a Karen de Alencar e ao Davi Bernardo.

Ao Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE), por me mostrar o quão é importante investir em projetos que motivem os jovens a vislumbrar as possibilidades geradas pelo acesso ao ensino superior, e mostrar as nuances das escolas públicas.

Ao Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE) por me mostrar que a Aprendizagem Cooperativa pode ocorrer mesmo em ambientes competitivos como a Universidade, e quão importante isso é para a diminuição da evasão universitária.

Ao projeto de extensão “Desafio da equidade racial na gestão da escola do campo do Ceará, o EREC, por me mostrar a quão rica e diversa é a diversidade racial e o ensino do Campo, e que precisamos aprender mais com aqueles cujo a força foi tanta que se criou sua própria pedagogia.

A UFC por ter contribuído para a minha formação intelectual e humana, e ter colaborado para o início da minha carreira acadêmica e profissional.

Ao todos os docentes do curso de Economia Ecológica por sempre estarem presentes nas melhorias do curso, e abertos a dialogar com os discentes nas melhorias pertinentes para a inserção dos futuros profissionais egressos do curso no mercado de trabalho.

A todos do Assentamento Santana, em especial a Professora Ivanete Fernandes por sua disponibilidade e ajuda com dados que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos membros da banca Francisco Casimiro e José Filho por aceitarem o convite para participarem da banca e por suas contribuições para a elaboração desse TCC.

E a todos que contribuíram de forma direta e indireta na minha jornada de autoconhecimento ao longo dos semestres e que fizeram parte da elaboração desse trabalho.  
Obrigada!

“A Educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”. (FREIRE, 2003, p.40)

## RESUMO

O termo “Educação do Campo” tem se fortalecido como um conceito complexo forjado na materialidade dos movimentos camponeses, que valorizam o protagonismo e desenvolvimento da classe trabalhadora. O objetivo principal do trabalho foi analisar como a contribuição da pedagogia da “educação do campo” tem impactado na inclusão de jovens do campo no Ensino Superior. Realizando algumas reflexões sobre a relevância da Educação do Campo como fator de justiça social no ingresso dos jovens do Campo no ensino superior. Foi realizada uma análise dos aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e ecológicos no processo de ensino e aprendizagem das escolas do campo no Estado do Ceará, com destaque para a Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes. Problematizou-se a concepção do ideário de um acesso equânime ao ensino superior no semiárido cearense sob a ótica dos fatores que tornam a atual realidade um desafio maior para os jovens do campo que historicamente tiveram seus direitos a uma educação de qualidade negada. Foram apresentados instrumentos legais, que foram conquistas dos movimentos sociais inseridos na luta da educação do campo. Os principais resultados apontaram para uma imensa desigualdade no acesso ao ensino superior, e para os jovens do campo esse desafio se torna ainda maior. Fica patente que o papel da Educação do Campo no contexto atual é o fortalecimento do sujeito camponês frente ao abismo de desigualdades, como também lutar por uma pedagogia que espelhe a riqueza da cultura do campo e as possibilidades de desenvolvimento das sociedades.

Palavras-chave: Pedagogia da terra. Movimentos sociais do campo. Equidade educacional.

## **ABSTRACT**

The term "Field Education" has been strengthened as a complex concept forged in the materiality of peasant movements, which value the protagonism and development of the working class. The main objective of the work was to analyze how the contribution of the "rural education" pedagogy has impacted the inclusion of rural youth in Higher Education. Some reflections were made about the relevance of Field Education as a factor of social justice in the entrance of young people from the countryside into higher education. An analysis of the historical, socio-economic, political and ecological aspects of the teaching and learning process in rural schools in the state of Ceará was carried out, with special attention to the Florestan Fernandes State High School. We problematized the conception of an equitable access to higher education in the semi-arid region of Ceará from the point of view of the factors that make the current reality a greater challenge for young people from the countryside who have historically had their rights to a quality education denied. Legal instruments were presented, which were conquests of the social movements involved in the struggle for rural education. The main results point to an immense inequality in the access to higher education, and for young people from rural areas this challenge becomes even bigger. It is clear that the role of rural education in the current context is to strengthen the peasant subject in the face of the abyss of inequality, as well as to fight for a pedagogy that reflects the richness of the rural culture and the possibilities of development of societies.

**Keywords:** Pedagogy of the land. Social movements of the countryside. Educational equity.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de chuvas mensal de janeiro a julho de 2021 .....	26
Gráfico 2 - Média de chuvas anual de 2012 a 2021 .....	27
Gráfico 3 - Número total de matrículas nas Escolas do Campo do 3º ano do ensino médio no Estado do Ceará .....	44
Gráfico 4 - Percentual Étnico-racial da E. E. M. F. F. ....	47
Gráfico 5 - Quantitativo de alunos que concluíram o Ensino Médio egressos da E.E.M.F.F entre 2010 e 2020 .....	49
Gráfico 6 - Alunos aprovados em Instituições de Ensino Superior por meio do ProUni egressos da E.E.M.F.F entre 2010 e 2020 .....	51
Gráfico 7 - Alunos aprovados em Instituições de Ensino Superior por meio do SiSU na E.E.M.F.F entre 2010 e 2020 .....	51

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Assentamento Santana no município de Monsenhor Tabosa no Estado do Ceará .....	21
Mapa 2 - Características pedológicas do Assentamento Santana, CE .....	23
Mapa 3 - Principais características altimétricas do Assentamento Santana .....	25
Mapa 4 - Localização das escolas do campo em assentamentos no Estado do Ceará .....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aspectos climáticos do Município de Monsenhor Tabosa, CE .....	26
Tabela 2 - Relação das Escolas do Campo de Ensino Médio inseridas em Assentamentos Rurais, CE .....	41
Tabela 3 - Matrícula do 3º ano do Ensino Médio das Escolas do Campo em áreas de Assentamento .....	43
Tabela 4 - Complexidade da gestão escolar da E. E. M. F. F. ....	46
Tabela 5 - Índice obtido E.E.M.F.F. no IDEB (2017-2019) .....	47
Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB .....	48
Tabela 7 - Participação no Saeb - Ensino Médio .....	48

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEA	Coordenadoria de Desenvolvimento e Aprendizagem Escolar/Diversidade e Inclusão Educacional
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
E.E.M.F.F	Escola Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
E.M.R	Ensino Médio Regular
E.M.P	Ensino Médio Profissionalizante
E.M.T.I	Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PEE	Plano Estadual de Educação
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Procampo	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
ProUni	Programa Universidade para todos
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretária de Educação
SiSU	Sistema de Seleção Unificada

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Apresentação da área de estudo .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.1 Solos .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.2 Relevô .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.3 Pluviometria .....</b>	<b>25</b>
<b>3 O DIREITO AO ENSINO SUPERIOR: ACESSÍVEL A TODOS?.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Contexto histórico e atual na (des)igualdade do acesso ao ensino superior .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Políticas Públicas Estaduais inseridas em Escolas do Campo .....</b>	<b>31</b>
<b>3.3 A visão dos assentados sobre o direito ao Ensino superior no Campo .....</b>	<b>34</b>
<b>4 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO CEARENSE .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 Educação do Campo no Ceará .....</b>	<b>40</b>
<b>4.2 E.E.M. Florestan Fernandes e o acesso ao Ensino superior .....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo ao longo da história foi importante para o desenvolvimento das civilizações e das primeiras estruturas sociais, pois a partir das revoluções da agricultura e em decorrência disso houve o surgimento das primeiras tribos que foram a gênese para as sociedades mais “complexas”. Assim pode-se dizer que os saberes do campo formaram a base do que se conhece como sociedade. Vale ressaltar que, ao longo dos anos mesmo em meio aos avanços tecnológicos, as localidades rurais foram caracterizadas como subdesenvolvidas e vastas áreas passaram a fazer parte do sistema de produção de commodities. Porém, é possível identificar populações que vivem no espaço rural e que buscam através dos movimentos sociais resistir, persistir e produzir para manter uma antiga relação harmonia com a natureza, e de maior equilíbrio com o meio ambiente na qual vivem. Nos assentamentos rurais há uma organicidade muito própria em cada local, porém todos compartilham o mesmo sentimento de coletividade que pode ser observado em diversos âmbitos. No âmbito educacional está presente como princípio libertador, agindo como uma corrente que interliga os atores sociais inseridos nas comunidades e que fornece à “Educação do Campo” uma dinâmica muito particular de ensino.

A Educação do Campo fundamenta-se na prática educativa desenvolvida na organicidade dos movimentos sociais, e a construção dessa prática ocorre na atuação dessas organizações interligadas à educação (ROCHA; PASSOS; CARVALHO, 2005). Com delimitação principal na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no 9.394/96, o artigo 1º apresenta a seguinte definição referente aos princípios educacionais: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A discussão sobre a educação do campo e sua metodologia de ensino é relevante para compreender como as organizações públicas aliadas aos movimentos sociais abordam na teoria e na prática o ensino e a legitimação de direitos básicos. Portanto, para entender como se desenvolve a origem da educação do campo é essencial que se compreenda que historicamente o termo remete:

Na sua origem, o ‘do’ da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da

educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas. (CALDART, 2009, p. 41).

Vale ressaltar que os povos do campo foram e são muito importantes na construção dos avanços no âmbito educacional, além de se fortalecerem como formadores de pedagogias adaptadas a cultura camponesa como a Pedagogia da alternância<sup>1</sup>, e são os protagonistas dessas conquistas pois,

A Educação Básica do Campo não pode ser vista sem a participação do movimento social existente no campo. É a partir das pedagogias, dentre elas, a Pedagogia da Alternância, construídas pelo movimento que se compreenderá o fenômeno educativo camponês. As pedagogias dos gestos, do fazer, da construção coletiva falam mais do que qualquer teoria pedagógica pensada pelo cientificismo das estruturas educacionais. (NASCIMENTO C., 2009)

A educação como direito básico universal não ocorre de forma igualitária em todo o território nacional, e essa desigualdade fica mais evidente quando analisadas as oportunidades de acesso ao ensino superior. O seguinte trabalho terá como principal objetivo analisar a contribuição do movimento da educação do campo na inclusão de jovens ao Ensino Superior. Além disso, buscou-se como principais objetivos específicos analisar o contexto histórico e atual de acesso ao ensino superior Escola do Campo de Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes, discutir a ideia do direito ao Ensino Superior e por fim investigar a efetividade do plano de educação em localidades rurais.

Ao longo da história da educação no Brasil, os processos de exclusão e desigualdade têm mediado o rumo que as políticas públicas são aplicadas nas escolas de ensino básico em zonas rurais e periferias de grandes centros urbanos. No Estado do Ceará, a luta motivada por uma educação do campo e para o campo surge a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que está diretamente relacionado no contexto das lutas do campo no território brasileiro nas últimas décadas. Embora o papel formal da escola seja buscar a igualdade social, reconhecer e avaliar as diferenças, sua essência se reflete no mecanismo de restauração da desigualdade social nas diferentes classes sociais. Essa realidade gerou uma forte repercussão no debate sobre a real efetividade dos projetos de cotas raciais e de renda nas universidades

---

<sup>1</sup> A pedagogia da alternância enfatiza o respeito e fortalecimento pela cultura dos camponeses, sendo de natureza transdisciplinar pois enfatiza a urgência de desenvolver o campo dos sujeitos nos diversos âmbitos.

brasileiras fosse constitucional, o que denota o modo que o sistema funciona em contra a universalização do ensino para todos. (SOUZA; MARCOCCI; PIANOVSKI, 2013)

Neste *primeiro capítulo* abordou-se o contexto do ambiente de pesquisa no que tange as dificuldades de acesso ao Ensino Superior pelos jovens do campo, a motivação e justificativa do debate educacional situado na Questão Agrária cearense e apresentou-se breves premissas referentes a Educação do Campo a partir de uma análise histórica e social do acesso ao ensino superior. No *segundo capítulo* abordou-se o caminho metodológico utilizado no seguinte trabalho, além da apresentação da área de estudo. Na apresentação da área de estudo abordou-se aspectos geoambientais do Assentamento Santana como solo, relevo e pluviometria importantes para compreender a dinâmica socioeconômica do local.

Já no *terceiro capítulo* aborda-se o ideário do direito ao acesso ao Ensino superior sob uma abordagem qualitativa a partir de comentários feitos por estudantes e pais que vivenciam tais desafios. Além disso foram analisadas as principais políticas públicas no âmbito educacional do principal instrumento legal que rege a legislação das Escolas Estaduais no Ceará. No quarto *capítulo* discutiu-se educação do campo no semiárido e como elas influenciam no contexto social e educacional dos estudantes da E. E. M. F. F. e moradores da localidade. No *quinto capítulo* apresentou-se considerações finais sobre os principais desafios e o quanto já se avançou para que seja alcançada no campo uma educação equânime, objeto deste estudo.

## 2 METODOLOGIA

O seguinte trabalho foi construído com base na pesquisa descritiva, onde buscou-se analisar dados referentes às escolas do campo e a partir da leitura de artigos que trouxessem em sua escrita, uma reflexão acerca do papel da educação do campo como fator emancipador no território do semiárido cearense. Além disso, analisar os diversos fatores que ainda impedem o Brasil de ter um ensino com equidade em toda sua extensão com enfoque principal nas escolas localizadas em Assentamentos rurais. Também se buscou, através de tais questões, discutir como, mesmo sendo parte de um dos direitos básicos e universais, ainda não há em grande parte das comunidades rurais a materialização deste direito, em quantidade e qualidade. O que torna importante debater indicadores qualitativos e quantitativos referentes ao modo com o qual a educação formal se desenvolve em assentamentos rurais no Ceará, com destaque principal no Assentamento Santana.

Tendo em vista os pontos relatados acima, a principal motivação do trabalho é tratar aspectos referentes a uma educação do campo dentro do contexto do semiárido cearense com enfoque principal na E. E. M. Florestan Fernandes, no município de Monsenhor Tabosa no estado do Ceará. Sendo escolhida inicialmente como objeto de pesquisa devido a escola ser uma das 4 primeiras do Estado a receber a reconhecimento da SEDUC, o que ajudaria em melhor análise temporal dos dados, a Escola do Campo E.E.M.F.F apresenta uma grande relevância na expansão da Educação do Campo no Estado e além disso atende estudantes de Assentamentos das proximidades.

Os dados apresentados são dados primários através da SEDUC e da gestão da Escola do Campo E.E.M. Florestan Fernandes e secundários que foram obtidos através da análise de autores que trouxeram relevantes discussões acerca do tema apresentado. Foram consultadas diversas fontes de pesquisa dentre as principais plataformas de pesquisa, porém boa parte do material foi obtido na Biblioteca Virtual de Educação do Campo<sup>2</sup>. Devido ao grande número de material encontrado buscou-se centralizar em alguns pontos estratégicos relevantes para compreensão do objeto do seguinte trabalho. Observa-se, que ao longo das produções acerca dos aspectos relacionados à educação, ocorre uma delimitação do tema o que o torna mais complexo de ser estudado como um todo, porém possibilita que se foque em determinados aspectos desejados.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [BIBLIOTECA VIRTUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO \(educacaodocampo-bibliotecavirtual.blogspot.com\)](http://BIBLIOTECA_VIRTUAL_DE_EDUCAÇÃO_DO_CAMPO_(educacaodocampo-bibliotecavirtual.blogspot.com))

## 2.1 Apresentação da área de estudo

Em razão do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a Fazenda Santana foi apreendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1º de outubro de 1986, e o Assentamento Santana foi então estabelecido no ano seguinte em 14/05. Surge assim a partir de um conflito fundiário e que se iniciou por meio do processo de exploração da força de trabalho que se deu com arrendamento da área que foi desapropriada e que hoje correspondem ao Assentamento. A área era composta por 2 fazendas que não cumpriam a sua função social e que estavam em posse de alguém que se apropriava de uma grande faixa territorial que não era parte que se tinha registrado e comprovado por meios legais. As causas sociais motivaram a luta para a resolução das questões da exploração da força de trabalho e mal uso da terra, começando a partir da articulação com a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das famílias que viviam esse conflito com esse proprietário.

A partir do conflito vivenciado que então começou-se a apontar a necessidade da reforma agrária e desapropriação da área para que enfim se cumpre seu papel social como está estabelecido no Estatuto da Terra. Dentro da construção orgânica das relações sociais, no contexto dessas relações humanas, políticas e culturais e na territorialização da reforma agrária se inicia o processo histórico de luta do Assentamento Santana. E esse processo de luta de algum modo impulsionam a questão agrária no estado do Ceará e fazem com que as famílias se organizem a partir de uma visão mais cooperativa para enfrentar a exploração vivenciada no campo.

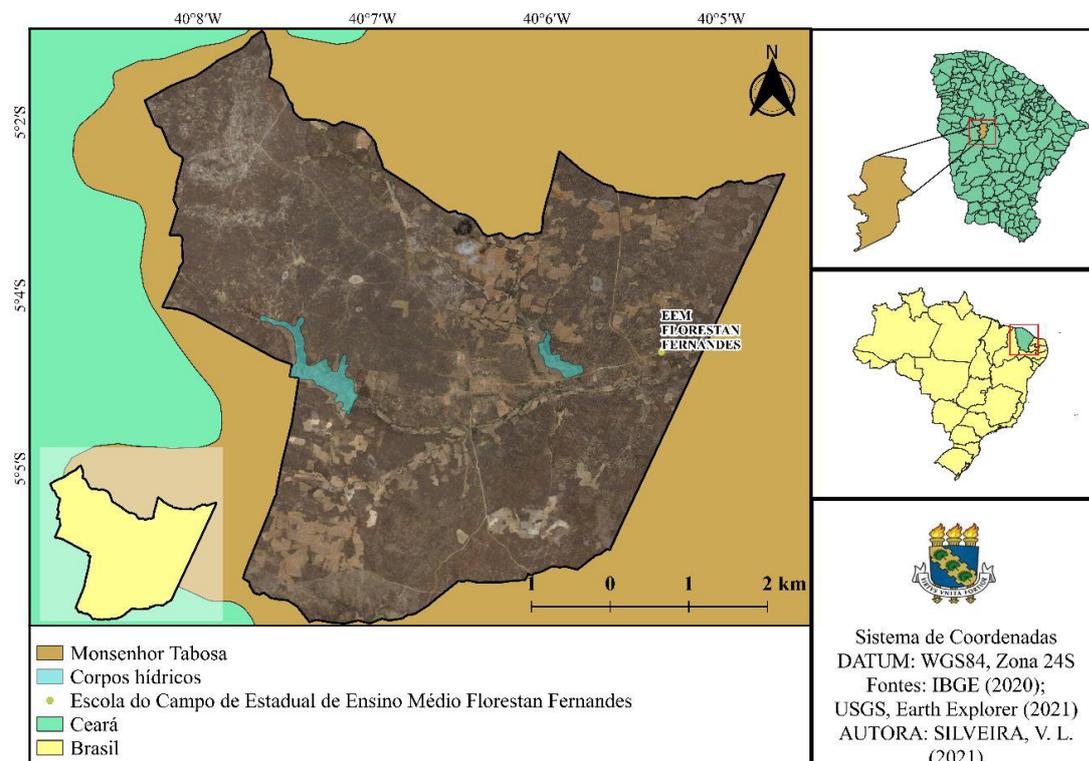
Dentre as principais características geoambientais relevantes para compreender-se a dinâmica social e ecológica buscou-se trazer os principais elementos que compõem a estrutura físico geográfica do Assentamento Santana, como tipos de solo, relevo, pluviometria. A seguinte análise trará uma perspectiva mais ampla sobre os aspectos sociais do local e assim também discorrer acerca dos principais elementos que compõem as atividades no Assentamento. Além do mais, os fatores ambientais são relevantes para compreender o modo que a comunidade se desenvolve e segundo Gadotti (2005),

Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje, precisamos de uma Pedagogia da Terra, justamente porque sem essa pedagogia para a reeducação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos mais falar da Terra como um lar, como uma toca, para o “bicho-homem”, como fala Paulo Freire.

A Pedagogia da Terra se fundamenta na relação de Equilíbrio com o ambiente na qual se vive, portanto, é importante entender a dinâmica socioambiental encontrada no Assentamento Santana para também entender os principais sociais que fortalecem a luta dos assentados por uma educação de qualidade. Além disso, de acordo com Fernandes (2017, p. 6), “há uma íntima relação entre a proposta de Educação do Campo e Agroecologia presentes no currículo da Escola”. Pois, quando analisados princípios semelhantes como constituído nos princípios da Economia Ecológica e na Educação do Campo como matrizes interdisciplinares, é necessário que haja um elo entre a natureza, sociedade e economia para assim desenvolver uma visão mais holística e consciente.

Abaixo observa-se o mapa 1 que traz informações referentes a localização do Assentamento com suas principais características hídricas, assim como a localização do município de Monsenhor Tabosa e a do Estado do Ceará.

Mapa 1: Localização do Assentamento Santana no município de Monsenhor Tabosa no Estado do Ceará



Fonte: IBGE e INCRA, adaptado pela autora (2021).

Monsenhor Tabosa é um município localizado no Sertão do Ceará, Nordeste brasileiro e seus habitantes se chamam tabosenses. O município se estende por 893,6 km<sup>2</sup> e contava com 17.234 habitantes no último censo e possui uma densidade demográfica de 19,3 habitantes por

km<sup>2</sup> no território do município. A localização do Assentamento situa-se no município de Monsenhor Tabosa, e possui uma área total aproximada de 3.226 hectares, com distância aproximada de 275 quilômetros de Fortaleza. A sede municipal encontra-se há uma distância de 42 quilômetros da área que está situada o Assentamento e assim como boa parte da região apresenta características físicas representativas de uma região semiárida bem acentuadas. Abaixo observa-se o mapa 2 que traz informações referentes a localização do Assentamento com suas principais características hídricas, assim como a localização do município de Monsenhor Tabosa e a do Estado do Ceará.

### **2.1.1 Solos**

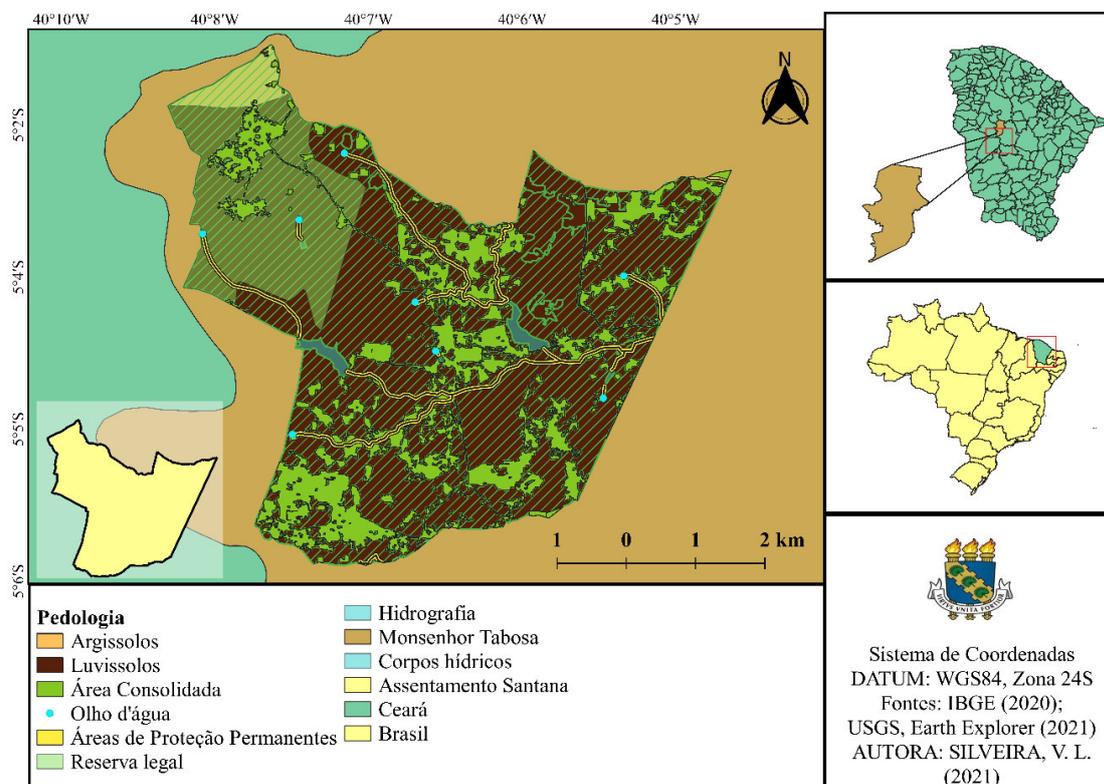
O Assentamento Santana, possui apenas dois tipos de solo na sua composição física que são os neossolos em apenas 1,98% da área total do local situado no extremo norte do assentamento e os luvisolos com a área de 98,02% o que representa quase a totalidade do território. Para compreender como ocorre a formação dessa estrutura morfológica, Santos, Carvalho e Barros (2018, p. 96) conceitua os neossolos como um tipo de solo feito de minerais ou materiais orgânicos finos, devido à baixa intensidade do processo de formação do solo ou devido às características inerentes do próprio material originário, em comparação com o material original, não há alteração significativa como por exemplo, influência atmosférica ou maior resistência a componentes químicos e minerais ou outros fatores educacionais (clima, relevo ou tempo) podem impedir ou limitar o desenvolvimento do solo. Já os luvisolos tem como conceito base: “solos minerais, não hidro mórficos, com horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases altas, imediatamente abaixo de horizonte A ou horizonte E.” (Santos; Carvalho; Barros, p. 95)

Ambos os solos têm forte ligação com o tipo de clima existente na região pois os neossolos são caracterizados por uma estrutura mais jovem e recorrentes em ambientes com pouca disponibilidade hídrica enquanto os luvisolos tem pouco presença de matéria orgânica em seu horizonte A. Porém essas condições não impedem que haja uma produção diversificada, ecológica, e comunitária na região pois as práticas agroecológicas introduzidas nesse ambiente com poucas condições naturais produzem o verde que sustenta famílias e fortalece ainda mais a estrutura geomorfológica dos solos locais. Com a constituição do assentamento Santana, as famílias tiveram uma relevante participação nesse processo produtivo e desses contextos na comunidade, sendo que ocorre quando vence coletiva, com uma relação de solidariedade e de

pertencimento político. A partir da demarcação das áreas de produção que iniciaram os processos e ciclos produtivos na agricultura, agropecuária e a que os poucos alterando pela condição precária que estava à disposição dos assentados, os recursos naturais passaram a ter como característica o suporte a suas necessidades básicas.

Por estarem no Bioma Caatinga, a vegetação rasteira é um dos fortes elementos paisagísticos da região, que pouco a pouco é quebrado pelos quintais produtivos que florescem e fortalecem a produção agroecológica no assentamento o que fortalece a soberania alimentar dos camponeses locais. E de acordo com Sousa H., (2012) os Solos da região semiáridas apresentam baixa fertilidade natural, alta variabilidade ambiental e pouca informação técnica para se adaptar ao ecossistema da região. Uma vez que a agricultura ajuda a aumentar a produtividade, a fertilidade deve ser monitorada para o uso adequado de fertilizantes e corretivos e outras técnicas que possibilitam uma produção sustentável e mitigadora. No entanto, poucos são os estudos que podem ajudar a explicar os resultados das análises de solo, principalmente as culturas naturais como o milho e o feijão, que são cultivados principalmente em áreas semiáridas. Abaixo observa-se o mapa 2 que caracterizam as principais estruturas pedológicas no Assentamento Santana.

Mapa 2: Características pedológicas do Assentamento Santana, CE.



Fonte: SILVEIRA, V. L. (2021)

### 2.1.2 Relevô

No ambiente geográfico natural e físico do Estado do Ceará em especial no Assentamento Santana, a superfície da Depressão Sertaneja, de baixa altitude, representa uma grande vantagem espacial. Pois o processo de erosão e estratificação de longo prazo ajuda a suavizar o relevo, no entanto, tais características geomorfológicas ocorreram principalmente no período pré-cambriano metamórfico ígneo (FUNCEME, 2009). De acordo com Brandão e Freitas (2014), a Depressão Sertaneja é caracterizada por uma série de superfícies quebradas que cortam e erodem a complexa e diversa série de rochas ígneas metamórficas que estão sempre cobertas pelo Bioma Caatinga. A área é formada por uma ampla superfície de pés, inicialmente cortada por uma rede de drenagem de baixa densidade, e extensas empenas localizadas no sopé das montanhas ou nas bordas de encostas e encostas de planaltos. Esses planos de pedal são geralmente pontilhados de montanhas e montanhas insulares (muitas das quais são sustentadas por rochas de granito acidentado), e todas se destacam. Ainda de acordo com Beatriz e Freitas,

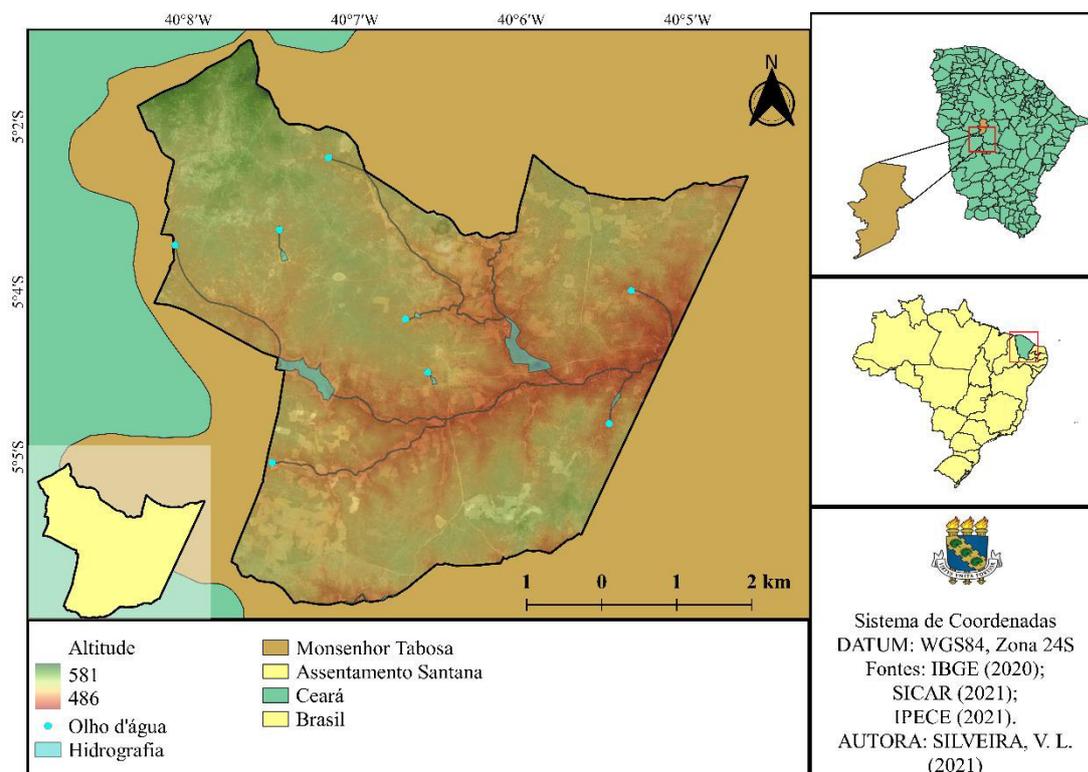
Predominam um conjunto de solos rasos a pouco profundos, com espessura de solum (horizonte A + horizonte B) próximo de 50cm, com argila de atividade alta, com propriedades de expansibilidade e com alta saturação por bases (>50%) (Luvisolos Crômicos). É comum nesses solos ocorrer o pavimento desértico (revestimento pedregoso) na superfície do solo ou dentro do horizonte A, normalmente fraco e de pequena espessura (<10 cm). Podem apresentar horizonte superficial com cores claras e textura mais leve contrastando abruptamente com o horizonte B mais argiloso, adensado e pouco permeável, tendo cores de redução, acinzentado e com mosqueados em decorrência da deficiência de drenagem desses solos (Planossolos Háplicos solódicos). São solos que apresentam limitações moderada a forte ao uso agrícola devido à má condição física do solo e de teores médios de sódio trocável.

Já quanto a sua declividade a região apresenta níveis desde o plano até o forte montanhoso no extremo norte da região do Assentamento. De acordo com a análise anterior realizada a partir das características dos solos da região, quando observados a formação dos relevos locais observa-se uma certa vulnerabilidade que quando não aproveitada com técnicas de manejo tornam a região improdutiva, porém não é o que ocorre no Assentamento Santana. De acordo com Souza H., (2014, p. 425) “O manejo do solo exerce influência direta sobre a produtividade das culturas agrícolas sendo determinante seu conhecimento para obtenção de produções economicamente viáveis”. A principal técnica de manejo utilizada no Assentamento Santana é a Mandala que é constituído por um sistema de produção agrícola no qual a vegetação

crece em forma de círculos concêntricos em um reservatório. O ideal é que a partir do uso das mandalas se possa aproveitar ao máximo as interações entre as espécies e melhorar a eficiência do uso da água, um recurso escasso no semiárido cearense. (BRITO, 2017)

Por fim, abaixo observa-se um layout produzido com as principais características altimétricas do Assentamento Santana e que já foram descritas anteriormente, e apresentada com base na classificação feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Mapa 3: Principais características altimétricas do Assentamento Santana.



Fonte: SILVEIRA, V. L. (2021)

### 2.1.3 Pluviometria

De acordo com um estudo da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, a FUNCEME, observa-se a partir do histórico pluviométrico dos 100 anos, o Estado do Ceará nunca experimentou uma seca tão severa como no período de 2012-2016 desde o ano de 1910. Apenas a seca de 1979 a 1983 foi tão severa e prolongada cujo a precipitação média anual naquela época era de 566 milímetros (mm), no entanto, em áreas semiáridas do Estado, chuvas irregulares e secas frequentes têm impacto direto nessas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). A baixa pluviosidade enfatiza o semiárido e a disponibilidade de água no ecossistema

e no planejamento das atividades agrícolas e econômicas. Nesse sentido, o Assentamento Santana que está inserido na Depressão Sertaneja faz parte de uma área de potencial desértico devido à distribuição espacial desigual das chuvas, sensibilidade à seca e condições topográficas locais. A tabela 1 mostra algumas das informações climáticas do município de Monsenhor Tabosa de modo geral pois não foi possível utilizar dados somente do Assentamento.

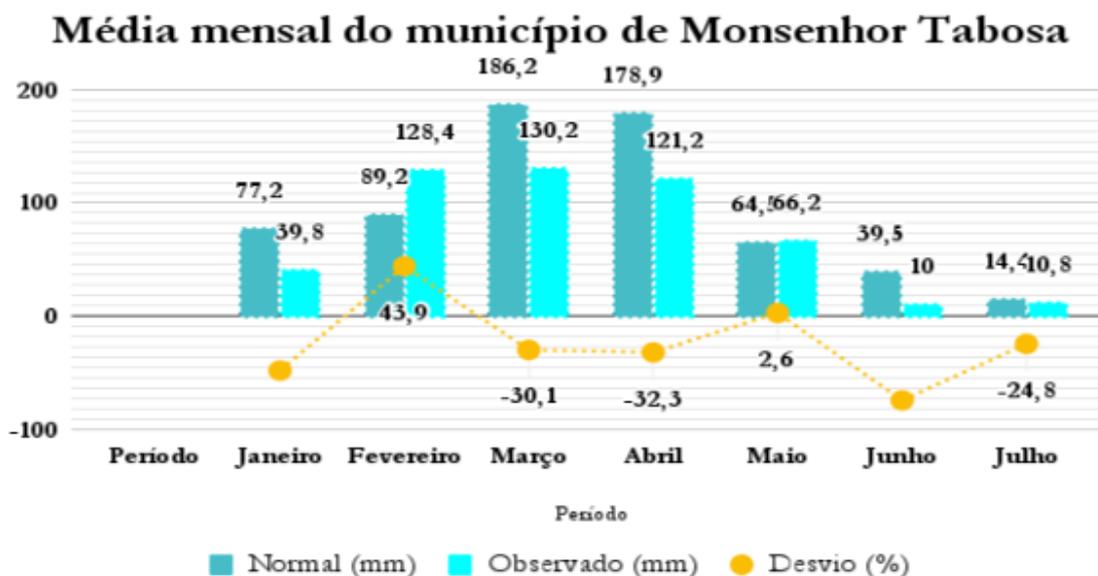
Tabela 1: Aspectos climáticos do Município de Monsenhor Tabosa, CE.

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
Semiárido	646,6	22° a 24°	fevereiro a abril

Fonte: FUNCEME/IPECE (2016).

Abaixo no gráfico 1 observa-se os valores pluviométricos do município de Monsenhor Tabosa durante os meses de janeiro a julho, onde houve em alguns períodos de redução na média observada como normal nos anos anteriores, em especial março e abril que tiveram uma redução de 30,1% e 32,3% respectivamente. Isso pode contribuir para as que as condições já desfavoráveis do solo sejam mais um desafio para os camponeses no Assentamento, que terão que utilizar técnicas para o aproveitamento eficaz dos poucos recursos hídricos disponíveis.

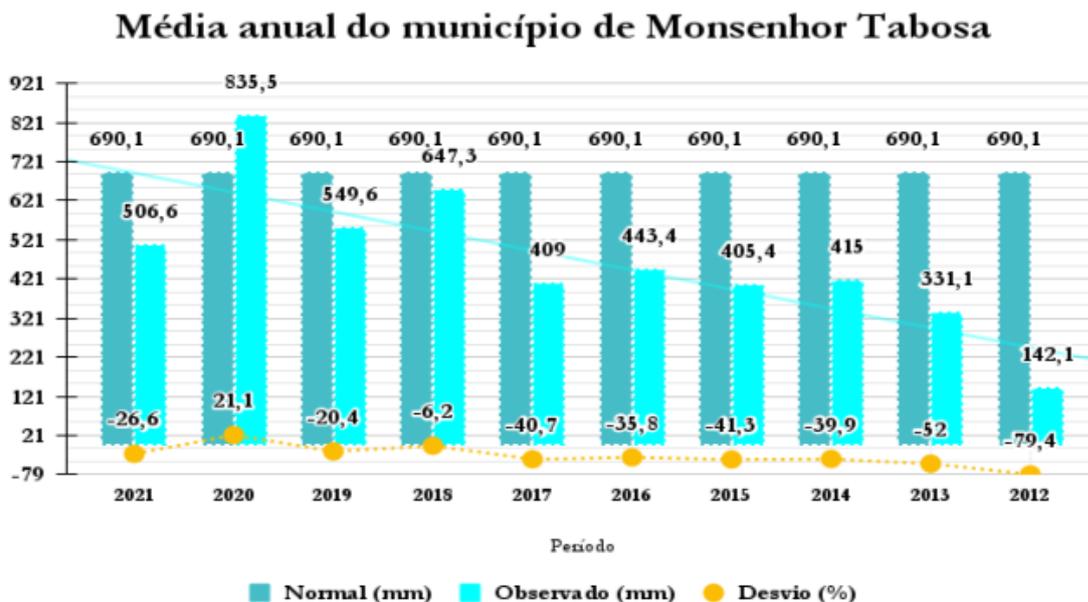
Gráfico 1: Média de chuvas mensal de janeiro a julho de 2021.



Fonte: FUNCEME, (2021)

Já o gráfico 2 mostra dados relacionados à média anual, onde foram analisados o período 2012 a 2021, e dentre os resultados obtidos apenas em 2020 houve uma média pluviométrica acima do esperado, sendo que nos demais períodos, em especial de 2012 a 2017 quando uma forte estiagem atingiu todo o Estado e as médias do período foram um reflexo negativo desse cenário.

Gráfico 2: Média de chuvas anual de 2012 a 2021.



Fonte: FUNCEME, (2021)

### **3 O DIREITO AO ENSINO SUPERIOR: ACESSÍVEL A TODOS?**

O capítulo abordará o contexto do acesso ao ensino superior no território brasileiro ainda é um dos fortes indicadores das desigualdades de classes na estrutura social e faz com que determinados grupos sejam vistos como inadequados ao espaço acadêmico. Esse fato ocorre de acordo com Nascimento, Marques e Trindade, (2020) pois: “Acessar o ensino superior no Brasil é superar a seletividade que persiste em invisibilizar as desiguais condições de classe/sexo/raça e localização/origem dos setores populares, o que representa ainda uma baixa participação no seletivo espaço universitário brasileiro.” Apesar disso os grupos sociais excluídos historicamente do processo de inclusão na Universidade têm lutado por seu espaço, para torna o ensino um pouco mais acessível a esses sujeitos, porém nem um pouco ideal quanto comparado as classes que foram e ainda são privilegiadas devido à condição na qual se vivem. Ter um ensino acessível a todos é essencial para a formação de uma sociedade pautada em questões igualitárias e que tornem as desigualdades sociais menos expostas, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar tal status no Brasil em decorrência de diversos desafios.

Segundo Martins (2012), após um longo processo de construção social foi constituída a partir da aliança formal entre a Instituições de ensino superior, o MST, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária<sup>3</sup> (PRONERA) e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo). O PRONERA teve início em 1998, e está relacionado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém, observa-se que inicialmente não foi o Ministério da Educação que democratizou a experiência do ensino superior brasileiro. Mesmo em decorrência do avanço em alguns aspectos e quanto a indicadores positivos relacionados à educação, a falta de acesso ao espaço acadêmico por sujeitos sociais do campo e que apresentam vulnerabilidades sociais reflete uma imensa desigualdade através das estruturas de instituições de ensino. Portanto, buscou-se contestar a concepção do ideário da qualidade e facilidade de acesso ao ensino superior, com enfoque no Semiárido cearense, perante uma perspectiva que leve em consideração fatores relacionados a realidade dos jovens do Campo.

---

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. (INCRA, 2020).  
Acesso em: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) ([incra.gov.br](http://incra.gov.br))

### **3.1 Contexto histórico e atual na (des)igualdade do acesso ao ensino superior**

O contexto histórico e atual para tornar o acesso ao ensino superior é um dos grandes desafios no campo da educação para se supere as desigualdades sociais enfrentadas pelos egressos do ensino básico e público do campo e de zonas periféricas nos centros urbanos. No entanto, apesar dos aspectos positivos gerados pelo aumento das oportunidades de acesso ao ensino superior sejam bem mais vantajosos que os negativos, é necessário analisar o porquê de a universalização do ensino ainda não ter um grande déficit mesmo após a ampliação de vagas. Além disso, de acordo com Dias Sobrinho (2013, p. 117) “Mais gente na educação superior é importante para a democratização, a coesão e a elevação intelectual e econômica de uma sociedade.” Ou seja, a democratização no ensino superior gera ganhos além do capital financeira, e amplia as possibilidades para que uma nação se desenvolva em vários modos fomentados em uma economia que se constitui em valores mais humanos.

Muitos são os desafios que precisam ser superados para conquistar a equidade no acesso ao ensino superior no Brasil, e muitos estudos trazem à tona diversos fatores, enquanto alguns que apontam a falta de investimento público no setor, enquanto outros tendem a culpar o sistema de matrículas no ensino superior que acaba não garantido um acesso justo. Não é preciso tecer nenhum discurso extenso e ilustrativo para compreender o problema enfrentado na atual conjuntura na desigualdade no acesso ao ensino superior está vinculado a diversos fatores sociais que podem ser observados nos contextos histórico e econômico no Brasil.

Contudo, a principal causa para que essa grande desigualdade tenha se instalado e permanece-se até os dias atuais, se iniciou ainda no processo de formação socioeconômica do Estado brasileiro. Pois, a partir desse processo histórico formativo, que foi a base para que as Universidades fossem o marco inicial de uma política imperialista em prol do favorecimento de uma classe privilegiada, constrói-se um padrão de pessoas que eram bem-vindas aos espaços acadêmicos. Além disso, sua trajetória tem mostrado que esse nível de educação no território brasileiro foi moldado pela imagem da elite desde o seu início. Pois somente depois da chegada da família real, em 1808, é que se pode garantir que os titulares dos cargos privilegiados de nobres coloniais portugueses e seus descendentes que passaram a ocupar cargos de alta relevância (RAMOS; NASCIMENTO; TURMENA, 2017). E com isso, uma das características históricas do ensino superior no Brasil consiste na dificuldade imposta à maioria da população para obter acesso ao ensino superior.

De acordo com Souza, Marcocci e Pianovsky, (2013) é perceptível que os grupos sociais mais atingidos por esse processo histórico foram os povos do campo, quilombolas, indígenas e as populações que apresentam um alto nível de vulnerabilidade socioeconômica. Nessa perspectiva, atualmente os grupos mais afetados pela desigualdade social ainda têm vivenciado planos de expansão de oportunidade ineficazes e longe de atingir a real demanda de vagas nas Instituições públicas. Isso se agrava devido à falta de escolas básicas que atendam às necessidades dos moradores nas áreas periféricas e rurais, além do acesso limitado ao conhecimento científico como fatores que dificultam mudanças reais na realidade por eles vivenciada (CRUZ, 2020). Portanto, faz-se necessário que as principais políticas apresentadas anteriormente atuem de fato como um fator de justiça social como foram instituídas, e não apenas mais uma política estruturada que esbarra na ineficácia do Estado brasileiro, pois,

A dimensão abstrata da universalidade deve ser complementada pela intencionalidade de responder às particularidades resultantes do processo histórico que excluiu do acesso à educação a classe trabalhadora do campo. Radicalizando o princípio da igualdade, o estabelecimento da universalidade do direito exige, neste caso, ações específicas para atender a demandas diferenciadas resultantes de desigualdades históricas. Se a universalidade se coloca como a principal característica da ideia de direito, por outro lado, a regulamentação jurídica formal não garante por si só o acesso de fato a esses direitos, devido às desigualdades resultantes das contradições fundamentais da sociedade do capital. (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 22)

O que foi abordado anteriormente sugere que é social, política e economicamente necessário para o estado expandir significativamente o sistema público, aumentando as matrículas, especialmente em instituições pré-existentes, o que gera a consolidação estrutural e formação na pesquisa e ensino de professores e pesquisadores (DIAS SOBRINHO, 2010). Porém, um dos desafios atuais para a equidade do ensino superior está justamente no modo que será necessário superar os obstáculos impostos pelo neoliberalismo e ao mesmo tempo ampliar as oportunidades de ingresso sem se comprometer com a qualidade do ensino e da pesquisa. Pois, por mais que haja mais oportunidades para o ingresso em Instituições de Ensino Superior, vale ressaltar que nem sempre são feitas para preencher uma lacuna social, mas sim para atender as demandas proporcionadas pelo capitalismo.

Além disso, para que houvesse um método de acesso igualitário seria precisa entender que, “No entanto, a equidade nesse nível do ensino fica comprometida por dois fatores determinantes: a qualidade nos ensinos fundamental e médio, e a permanência na educação superior, seja pelo aspecto econômico, social ou cultural” (CAÔN; FRIZZO, 2010. p. 9). Ou

seja, para que isso ocorra é necessário que se tenha no país uma qualidade no ensino público similar aos de escolas privadas e de escolas que investem em projetos que fortaleçam a autonomia do aluno e os apresente as possibilidades do acesso ao ensino superior. Sendo necessário que se tenham possibilidades concretas, políticas públicas que atendam à realidade da sociedade a fim de que haja condições de preparar a população para enfrentar as reivindicações do mundo atual. Porém, a realidade apresentada por diversas escolas públicas é caracterizada por nuances, onde a maioria convive com a falta de equipamentos básicos, enquanto outras tem uma estrutura física que possibilita uma melhor prática pedagógica.

### **3.2 Políticas Públicas Estaduais inseridas nas Escolas do Campo**

Devido à sua luta consistente, os movimentos sociais ligados a Educação do Campo conquistaram um conjunto de importantes instrumentos jurídicos que reconhecem, legalizam e mobilizam as condições necessárias para a efetivação do direito ao acesso universal à educação de qualidade, levando em consideração as particularidades dos camponeses. No entanto, de acordo com Pavini, Whitaker e Ferrante, (2020, p. 234) “Ao longo da trajetória do contexto histórico do campo e suas políticas públicas, a articulação, entre as políticas públicas para a EC, é um dos principais desafios enfrentados para sua consolidação”. Além disso, segundo Dias Sobrinho (2010) as Políticas nacionais mesmo enfocadas e urgentes não conseguiram eliminar a desigualdade na sociedade e se torna mais evidentes nas classes mais vulneráveis.

Dentre diversos instrumentos legais foram destacadas as seguintes diretrizes operacionais relevantes para se compreender o modo que se regulamenta a educação básica do campo:

- Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008;
- Lei n° 12.695, de 25 de julho de 2012, que altera a Lei N° 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo oferecida em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, observado o disposto em regulamento;
- Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);

Esses são os principais instrumentos legais da política nacional de educação do campo, mas é importante destacar que as unidades federativas possuem várias outras frentes relacionadas a legislação do campo que reconhece a diversidade cultural e educacional de cada localidade. No Ceará se destaca a LEI N.º 16.025, de 30 de maio de 2016, que corresponde ao Plano Estadual de Educação, o PEE, DOE de 01 de junho de 2016, e em específico a Meta 21 que propõe estratégias para melhoria da educação do campo, quilombola e indígena no estado. Além disso, pode-se destacar a constituição do Comitê Estaduais de Educação do Campo, fóruns, diretrizes e resoluções estaduais para escolas do campo, cursos profissionalizantes e professores os cursos de formação. Contudo, os instrumentos legais nacionais e estaduais atuam principalmente na direção da política educacional organizada no marco da interação da sociedade civil e da sociedade política, a fim de superar a desigualdade social que se enraizou na sociedade brasileira. (SOUZA; MARCOCCI; PIANOVSKY, 2013)

É necessário compreender como o Plano Estadual de Educação tem buscado contribuir para avanços no Ensino do Estado do Ceará, estando vigente de 2016 a 2024, e destaca as principais diretrizes que atendam tais demandas sendo constituído por um total de 21 metas. A meta 21 tem como escopo inicial “Assegurar, ampliar e garantir, em regime de colaboração com a União e municípios, a Política de Educação Indígena, Quilombola e do Campo.” Portanto, para compreender como o plano tem obtido melhoras no âmbito da Educação do Campo foram destacadas as principais estratégias da Meta 21 que estão relacionadas ao contexto do seguinte trabalho.

A primeira estratégia analisada, a 21.4, diz respeito a garantido do acesso aos jovens do campo as Universidades Públicas, com políticas que possibilitem a permanência do estudante com auxílios financeiros que tornam mais efetivas a mudança para outros municípios. Além disso, representa um relevante avanço no campo da interiorização do ensino como objetiva a seguinte estratégia, pois a maioria dos alunos que vem de zonas rurais não teriam com se manter na Universidade sem que houvesse auxílios para a permanência. Porém observa-se que, “Políticas de compensação das condições socioeconômicas para aumentar a equidade de acesso ao ensino superior são relativamente recentes e ainda alcançam uma parte diminuta de alunos” (ROSSETTO; GONÇALVES, 2015, p. 803). Ou seja, por mais que seja relevante o aumento de condições para que o aluno se mantenha na Universidade poucos são os acabam recebendo tais auxílios. Portanto, no fim acaba sendo uma política pouco efetiva quando analisado o real impacto sobre a permanência dos alunos em comparação ao percentual dos que não são beneficiados.

A estratégia 21.6 apresenta a criação de uma Coordenadoria específica para que se atenda as demandas referentes aos povos do campo, quilombola e indígena. Atualmente a Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem/Diversidade e Inclusão Educacional, CODEA, é que está à frente das principais ações ligados a educação do campo do Estado, pois ainda não a representação de uma coordenadoria específica como prevista na estratégia. Ademais, a estratégia visa a criação de Secretárias de Educação nos municípios para uma gestão da Política educacional dos atores sociais já citados anteriormente.

Na estratégia 21.14 tem como premissa principal o apoio e incentivo à produção pelos povos indígenas, quilombola e do campo de materiais teóricos como livros ou qualquer outro tipo de material didático que tenham como temática específica a vivência desses sujeitos. Tal estratégia é importante para que haja o fortalecimento proposto pelo PEE de uma base formadora diversificada e que traga os saberes repassados pelos próprios sujeitos alvo como protagonistas nesse processo e também para haja um legado documentado para estudiosos que pretendem utilizá-los como objeto de pesquisa.

Já a estratégia 21.18 traz um relevante aspecto sobre os movimentos que contribuíram para que tais metas fossem implementadas, pois visa a participação dos movimentos sociais como agentes na implementação da política educacional do indígena, quilombola e do campo. De acordo com a estratégia, os movimentos sociais agiriam como sujeitos coletivos, mobilizadores e organizadores do projeto proposto pelos princípios educacionais das escolas indígena, quilombola e do campo, vinculado a realidade das classes subordinadas. Esse reconhecimento é importante pois de acordo com Santos J., (2016),

As manifestações de luta e expressão do seu processo sócio-histórico se localiza na direção da defesa de um projeto de formação, campo, e sociedade que se constitua mediante bases e pressupostos socialista, de cunho transformador da realidade, assegurando condições materiais e sólidas de uma vida soberana e digna em seu território de vida, relações e identidade.

E por fim, na última estratégia destacada, a 21.19, objetiva assegurar que haja a implantação de projetos que estimulem a iniciação a pesquisa para jovens indígenas, quilombolas e do campo que estejam concluindo o 3º ano do Ensino Médio. A estratégia entrará em vigor até 2024 e pretende transformar o modo que os jovens vêm a pesquisa e compreendam como a produção intelectual o auxiliarão a expandir os próprios saberes e do público externo acerca da educação transmitido pelos povos que a vivenciam. Ou seja, a partir da expansão da

participação dos jovens concludentes na produção de pesquisas, que contemplem aspectos sociais muitas vezes ignorados por muitos pesquisadores, se terá um panorama mais amplo dos avanços das estratégias visadas pelo PEE devido a práxis que será voltada aos reais interesses do campo.

As estratégias analisadas fazem parte do PEE do Estado como um dos importantes instrumentos legais para a institucionalização da Educação do Campo que abrange diretrizes estaduais e nacionais. Essas diretrizes foram conquistadas de forma progressiva e representa uma vitória para os povos do campo, e segundo Pinheiro (2007), “Em decorrência disso, realizaram-se lutas, organizadas em todo país, para que se efetivassem direitos constitucionais que garantisse uma educação que atendesse os excluídos”. A luta dos povos antes excluídos do processo educacional é relevante e necessária como um fator de justiça social. No entanto, mesmo com tamanha importância, as políticas mostradas anteriormente ainda não atendem de modo efetivo a real demanda educacional dos que pretendem ingressar no ensino superior.

### **3.3. A visão dos assentados sobre o direito ao Ensino superior no Campo**

Segundo Santos, Carvalho e Barros (2017), grande parte dos alunos que vivem e realizam seus estudos em zonas rurais, ou seja, nas escolas do campo optam por encerrar a etapa da escolarização nos níveis correspondentes ao ensino fundamental e médio. Com base nisso, é necessário analisar como as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens após a conclusão do ensino médio interferem no possível ingresso no ensino superior. Para que seja possível tal análise de modo que representem as opiniões dos assentados, foram concedidos pelos alunos e moradores depoimentos acerca da importância do ensino superior para o Assentamento Santana.

Devido ao momento pandêmico e distanciamento social, os depoimentos foram coletados de modo virtual com o auxílio da professora e moradora do Assentamento Santana Ivanete Fernandes, pois não foi possível a ida a comunidade para recolher os depoimentos de modo presencial. Foram analisados apenas 5 depoimentos dos moradores do Assentamento Santana, onde foram destacadas as falas dos entrevistados relacionados ao objeto do seguinte trabalho. Os moradores foram bem enfáticos ao relatar a relevância do ensino superior na comunidade assim como a transformação social gerada pelo ingresso dos jovens do Campo nas Universidades. Todas as falas eram muito simbólicas e apresentavam um sentimento de conquista que o acesso à Universidade gera ao movimento, representando mais que um ganho

individual, mas uma conquista coletiva que transforma o modo que os jovens têm atuado dentro e fora do âmbito educacional.

Destacando a fala do Doutorando em Serviço Social e morador do Assentamento Santana, José Filho, que inicia abordando a importância do acesso ao ensino superior para a população do Campo, visto que historicamente não havia espaço para a inserção dos jovens nas Universidades devido a precariedade do ensino básico e a falta de instrumentos legais que os atendessem as necessidades sociais do Campo. Vale ressaltar o quão recente são as principais políticas públicas que regulamentam os instrumentos legais no avanço da educação básica do campo, incluindo o acesso ao ensino superior. Fica claro no trecho abaixo destacado no depoimento que muitas gerações de Camponeses viveram e lutaram que essas conquistas trouxessem aos seus descendentes uma realidade diferente. O que torna a conquistas obtidas algo que fortalece o sentimento de pertencimento dos sujeitos do campo com o local que vivem e amplia as possibilidades que os jovens e adultos terão o acesso à uma formação que desenvolva outros aspectos na formação acadêmica.

É fundamental o acesso ao ensino superior para a população que, historicamente, não teve acesso às políticas educacionais, principalmente como a política básica. Se pegar os registros dos nossos avôs e avós, identifica que eles e elas não tiveram acesso amplo, qualitativa, acompanhou todo o percurso das suas trajetórias. Então, ao poder dispor do acesso à formação básica e daí o acesso ao ensino superior, se torna conquista fundamental, necessária, que vem mobilizando as perspectivas de que tem mobilizado os sonhos. Além disso, que vem mobilizando os esforços individuais e coletivos de jovens e adultos na busca da construção de uma identidade profissional que qualifica as existências nos territórios, qualifica as relações, e qualifica o desenvolvimento sócio territorial no contexto comunitário.

No segundo e último trecho destacado, José Filho relata que ocupar os espaços acadêmicos foi algo que gerou diversos impactos positivos para a vida da população do Assentamento de modo coletivo e individual. Além disso é destacado a pluralidade dos sujeitos do campo que atuam em diversas áreas de conhecimento, quebrando o paradigma de que os povos do campo atuam apenas no fortalecimento das Ciências Agrárias e na produção Agropecuária. O campo como gerador de conhecimentos produz saberes que atuam em processos contra hegemônicos que foram impostos pela opressão que sofreram no decorrer de sua história. E de acordo com Nascimento C., (2009, p. 185), “Em toda e qualquer sociedade humana histórica sempre se teve processos contra hegemônicos que resistem a determinadas imposições por parte da classe dominante”.

Ocupar diversas áreas do conhecimento tem sido de grande valia para o assentamento, para as trajetórias individuais e coletivas, que têm conseguido ampliar o significado social da existência da reprodução social do território. Com a atuação de diversos profissionais de diversas áreas do conhecimento, que retira o campo dessa concepção como espaço único de produção agrícola que retira do campo essa concepção de atraso que retira do campo essa concepção que as únicas possibilidades estão postas no campo do trabalho produtivo agrícola e agropecuário, mas que, a partir daí, se amplia a formação de um impulso, qualifica, para essas formações para essas identidades profissionais que vão também se constituir no campo das ciências agrárias, no campo da saúde animal. Faltando nessa cidade tem espaços de inserção dessas profissões no território, com a materialização de equipamentos públicos que possam assegurar para que a diversidade de formação que existe especificamente para a dispensação espaço urbano possa alcançar também ser uma realidade no espaço rural nos passa agrário.

Já a Bióloga Camila Santos, filha de um dos assentados, destaca as melhorias na qualidade de vida que retornam de modo significativo para a estrutura social do campo. Pois ao ampliar-se a qualidade de vida dos moradores dos Assentamentos, há a diminuição do êxodo rural, que também é ocasionado com o retorno dos jovens com uma formação mais técnica que possibilitará avanços em diversos aspectos sociais. Ademais, o movimento social do campo defende um projeto educacional para o campo, alegando acreditar que uma educação adequada auxilia para contornar o êxodo rural da população. Pois, já que o principal objetivo desse movimento sempre foi a melhoria das condições de vida para a população permanesse no campo (NETO, 2010).

Na minha visão a universidade é uma porta de conhecimento que possibilita os jovens uma perspectiva e qualidade de vida melhor para e no campo. Contribuir também para a diminuição do êxodo rural, pois os jovens formados voltam e contribuem no desenvolvimento do assentamento. Seres mais críticos e sujeitos da sua própria história.

Para Naiza, 72 anos, uma das assentadas do Assentamento Santana que destaca a importância da ida dos jovens para a cidade para cursar o ensino superior, já que após formados muitos retornam e atuam no desenvolvimento local. Porém, nem todos optam por deixar o Assentamento e cursar o ensino superior pois referem continuar as atividades já desenvolvidas pelo núcleo familiar. Além disso, Naiza ressalta a importância do acesso ao ensino superior pelos assentados e como isso gera diversos benefícios para a comunidade como um todo.

Cidade é muito importante para nós aqui no assentamento, para nossos filhos e nossos netos que sai para fora para estudar. E depois de formados retornam para o nosso assentamento, porém uns preferem continuar trabalhando aqui. Quem já terminou e começa a trabalhar no assentamento é uma coisa muito importante para todos nós.

O então diretor da Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes, Eudes Santos, destaca a importância da Universidade para o Assentamento. Pois a partir do ingresso dos jovens aos espaços acadêmicos amplia uma perspectiva da emancipação intelectual e mostra que a juventude pode representar mais do que apenas mão de obra para o desenvolvimento agropecuário. A juventude do Camponesa atuaria no desenvolvimento de uma práxis mais efetiva pois seriam baseadas na vivência dos mesmos e prol do desenvolvimento do capital intelectual voltado para os saberes do campo. Além disso, os jovens que tiveram êxito no ensino superior retornam e mostram que não há cada vez menos barreiras entre o ensino superior e a Educação do Campo, e que se abre um leque de possibilidades que beneficiaram a sociedade com valores mais justos.

A importância da Universidade para o Assentamento é possibilitar o acesso da juventude camponesa ao Ensino Superior, na perspectiva da emancipação humana dos sujeitos, através da apropriação do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade. Nesse sentido, a Universidade irá possibilitar novas oportunidades para juventude camponesa no campo do conhecimento, do trabalho, bem como, no campo profissional, fazendo que com esses protagonistas possam transformar a realidade em prol da consolidação de uma sociedade mais justa, fraternidade e menos desigual.

O último depoimento analisado foi de Elcimar, ex-aluna e que atualmente trabalha na coordenação da Escola do Campo Florestan Fernandes, destacou a importância da Universidade para o desenvolvimento do campo e na qualidade de vida os assentados. Elcimar acredita que acessar o ensino superior dará aos jovens uma perceptiva mais ampla, o que os estimulará a ser mais criativos pois a partir do conhecimento adquirido conseguiram pôr em prática o que foi aprendido de modo mais efetivo. Elcimar também cita os pilares que contribuem para a Universalização do ensino superior, pois só através da união entre ensino, pesquisa e extensão se terá uma prática educacional mais completa e capaz de gerar um capital intelectual pautado no desenvolvimento social.

Na minha concepção a universidade é muito importante para o desenvolvimento da sociedade em geral para o desenvolvimento do campo e

para o assentamento. Porque a universidade é um espaço de construção do conhecimento espaço que estimula a criticidade a criatividade das ideias a pesquisa essa articulação da teoria com a prática. E os nossos jovens dos assentamentos das escolas do campo devem cada vez mais ocupar esse espaço da universidade. Em diversas áreas devem buscar construir conhecimento, se profissionalizar e voltar para suas áreas, para os seus territórios e atuar e precisamos de universidades com tripé ensino pesquisa e extensão.

Os depoimentos disponibilizados pelos assentados mostram o quão importante é o acesso ao ensino superior para a juventude do Campo, pois a partir das possibilidades apresentadas pelo ingresso do jovem do campo as Instituições de Ensino Superior gerará impactos positivos e comunitários ao local que vivem. Muitos abordam que o ingresso ao Ensino Superior gera ganhos ao próprio Assentamento, o que fortalece os ideais de uma sociedade mais justa e menos desigual que está se consolidando cada vez mais no campo. Observa-se que não foram apontados aspectos negativos pois, é notório que pela perspectiva apresentada pelos assentados, acessar o ensino superior é um fator de justiça social e um ganho inestimável ao desenvolvimento dos sujeitos do campo e a autonomia camponesa.

Os povos do campo enfrentaram e enfrentam diversos obstáculos quanto ao acesso ao ensino superior, o que denota a relevância da luta social na busca da equidade no ingresso as Universidades. Portanto, a conquistada dos assentados representa todo esse processo da luta e movimentação social que ocorreu para que os jovens do campo possam ter acesso a algo que tanto buscavam e que não tiveram acesso devido a limitação que lhes foi imposta no ingresso as IES. Além disso, de acordo com Bicalho, Macedo e Rodrigues (2021), “O campo educacional, evidenciamos ao longo da história como as políticas públicas foram negadas aos sujeitos que vivem no campo, reproduzindo preconceitos e estereótipos, tais como: sujeitos atrasados, sem história, sem cultura e memória”.

Contudo, o que se observou nos depoimentos é que há uma valorização da cultura camponesa por parte dos assentados, o que quebra o estereótipo que lhes era dado e que ainda é atribuído aos povos do campo de um povo sem história e sem cultura. As falas dos assentados são relevantes para mostrar as vivências e conquistas dos povos do campo pelos próprios sujeitos que viram o impacto gerado pela educação na prática com a melhoria da qualidade de vida de modo individual e comunitário. Esse impacto é o que impulsiona a transformação social tão sonhada, pois de acordo com Paulo Freire (1983), “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

#### **4 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO CEARENSE**

O seguinte capítulo abordará como ocorre a Educação do Campo no Estado do Ceará, como o acesso ao Ensino superior tem ocorrido na Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes e por fim será analisado as principais características ambientais do Assentamento Santana. A Educação do Campo é uma das bases educacionais para que se compreenda o papel dos atores sociais do campo na conquista de direitos básicos que são garantidos a todos de acordo com a Constituição. Educar por meio dos saberes do campo traz princípios amplos e traz aos sujeitos percepções que vão de encontro a pilares essenciais para a formação humana.

A educação concebida no meio rural passou a ser objeto de discussão para seus sujeitos constituintes, professores e agricultores, ao contrário de outros tempos em que a educação rural era objeto de discussão, separada dos sujeitos sociais que nela atuam (ANTONIO; LUCINI, 2011). Portanto, antes denomina de educação rural, passou-se a ser conceituada de modo diferente, como Educação do Campo. Nesse modelo os atores sociais desse movimento passaram a ser reconhecidos como protagonistas no processo do desenvolvimento do campo e da valorização da cultura camponesa.

Além dos fatores sociais, a Educação do Campo também se estabelece nos fatores ambientais e integra conhecimentos de respeito ao meio ambiente, considerando principalmente as bases metodológicas de práticas Agroecológicas. Nessa discussão, a interação entre a Agroecologia e Educação do Campo torna-se importante, pois ambos são práticas de educação baseadas em outro modo de produção de conhecimento e socialização. A Educação do Campo e a agroecologia implicam uma mudança na realidade, pois, considerando um novo projeto de desenvolvimento do campo, viola a lógica da monocultura, da grande propriedade fundiária e de outras formas de exclusão (RIBEIRO; FERREIRA; NORONHA, 2007). Aliadas, geram uma importante rede de saberes que pode ser observada nos contextos formativos, na base curricular das escolas do Campo e no modo que as práticas são utilizadas pelos assentados no cotidiano.

Portanto, é importante ressaltar que a Educação do Campo se constitui na necessidade dos Camponeses para que sua cultura e direitos fossem respeitados de modo integro. Através de uma pedagogia que os atendessem como seres sociais de modo efetivo, as escolas do campo passaram a representar parte dessa luta que tende a resultar em uma grande transformação social e ecológica nos Assentamentos.

#### 4.1 Educação do Campo no Ceará

A Educação do Campo, nascida da elaboração da classe trabalhadora do campo organizada, se fundamenta em três princípios relacionados ao pensamento crítico e emancipatório ligado as questões políticas e de luta das classes mais vulneráveis pela obtenção de direitos básicos como a educação. O primeiro se refere a tradição Pensamento Pedagógico Socialista que retrata como a educação está inserida no modo que se desenvolve a produção, o segundo princípio é a Pedagogia do oprimido inspirada pelo educador e filósofo Paulo Freire (1983) que traz na sua concepção as experiências da educação popular em diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão. O terceiro e mais recente desses princípios é a Pedagogia do movimento que dialoga com as matrizes anteriores, porém traz também questões relacionadas aos movimentos sociais do Campo como agentes e produtores da sua própria pedagogia como forma de resistência (SILVA, 2010). Desse modo, torna-se perceptível o quão amplo e interdisciplinar é o conceito de Educação do Campo, pois, seu princípio formativo está interligado aos pilares da formação humana.

A Educação do Campo do Ceará, de acordo com a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), em 2018 contava com a formação de 88 escolas estaduais localizadas no meio rural, incluindo escolas indígenas, quilombola, escolas regulares de ensino médio, escolas de educação profissional e escolas de tempo integral, totalizando 24.493 alunos matriculados. Dentre esse total de escolas, 10 Escolas do Campo estão localizadas em áreas de assentamento, com 2.074 alunos matriculados, 141 professores lotados.

As escolas do Campo citadas acima fazem parte da política de Educação do Campo do Estado, por meio da SEDUC, e mediante a Coordenadoria de Desenvolvimento e Aprendizagem Escolar/Diversidade e Inclusão Educacional/Codea, afirma que,

Reconhece a luta dos movimentos sociais e sindicais do campo e vem garantindo ampliação e qualificação da oferta de ensino médio às populações do campo, por meio de ações como a construção de novas escolas de ensino médio na zona rural e em áreas de assentamento, além de espaços pedagógicos complementares para a construção da identidade das escolas do campo; a qualificação do projeto curricular com a participação dos sujeitos e segmentos que participam da comunidade escolar e local e em articulação com os movimentos sociais do campo; apoio a projetos de permacultura desenvolvidos nessas escolas; contratação de profissionais técnicos da área agrícola para o desenvolvimento de componentes curriculares específicos e de apoio às atividades produtivas implementadas nos campos experimentais (Projeto Mandalla e outros); aquisição de acervo bibliográfico para as escolas, dentre outros. (SEDUC, 2018)

Na tabela 1 apresentada a seguir pode-se observar a relação das Escolas do Campo por município e Assentamento de reforma agrária, sendo complementada pelo mapa 4 que georreferencia essas localidades no Ceará. Observa-se a partir dos dados abaixo um fortalecimento da Educação do Campo em áreas com maior predominância de áreas rurais e com maior presença na região central do estado, fora das regiões mais populosas como a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Apenas a Escola do Campo situada em Ocara, está nas proximidades RFM e entrou em funcionamento apenas o ano de 2017.

Essa territorialização apresentada mostra a importância das Escolas do Campo para os moradores desses Assentamentos, pois através da inclusão dessas instituições de ensino básico torna-se maior o índice de permanência desses jovens devido a identificação com o espaço escolar. Além disso, essa territorialização representa a possibilidade de uma maior autonomia dos sujeitos, e de acordo com CORDEIRO e OLIVEIRA (2018, pg. 170),

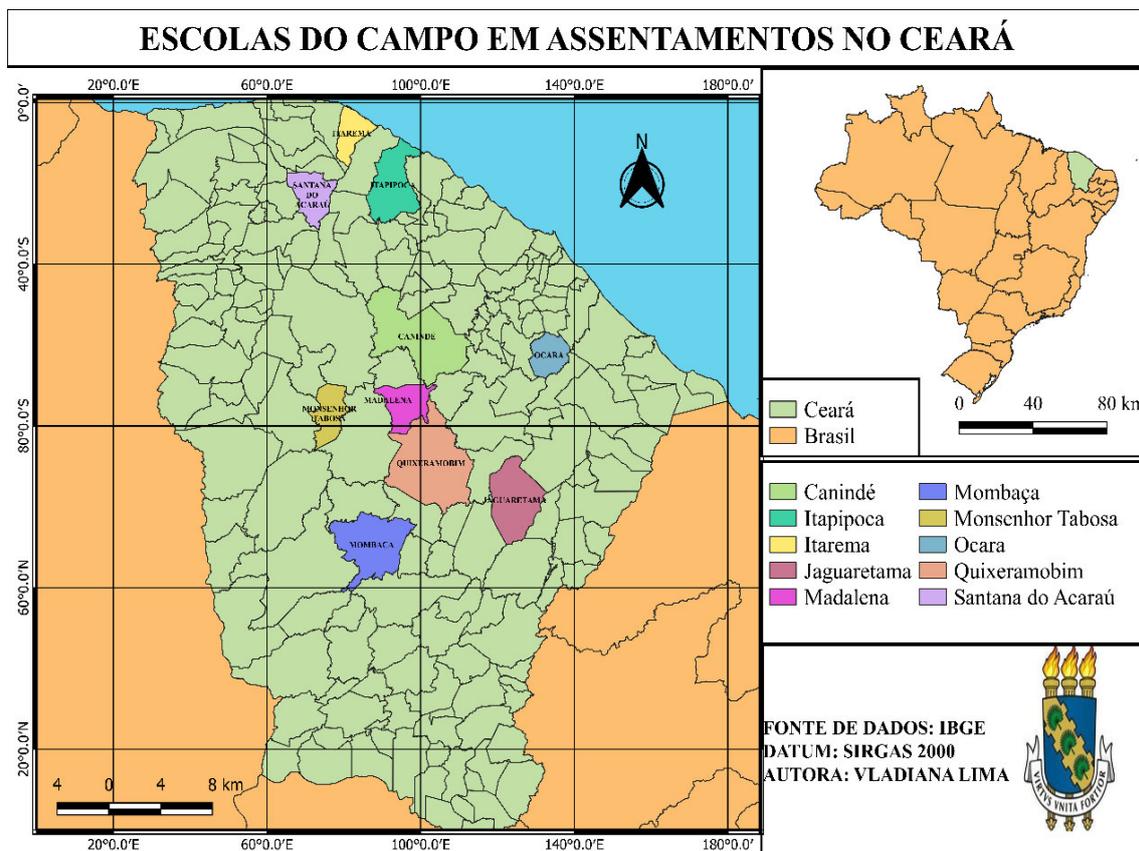
Durante esse período de uma década, que iniciou de maneira concreta com a conquista das escolas de ensino médio do campo até o ano de 2017, muitos desafios foram superados e houve muitas conquistas. Entretanto, não podemos nunca esquecer que a educação do campo é um projeto em disputa permanente e em movimento, e ainda, no âmbito do estado do Ceará vem possibilitando uma territorialização da pedagogia do Movimento Sem Terra. Atualmente, de maneira pontual, em oito assentamentos de reforma agrária onde, por meio da luta por educação, o movimento conquistou escolas do campo de nível médio e, através dessas escolas, o MST possibilita conquistas, avanços e desafios juntamente com os/as educadores/as da Reforma Agrária.

Tabela 1: Relação das Escolas do Campo Estaduais de Ensino Médio inseridas em Assentamentos Rurais, CE.

Cr	Município	Escola	Assentamento
02	Itapipoca	E.E.M. Maria Nazaré de Sousa	Maceió
03	Itarema	E.E.M. Francisco Araújo Barros	Lagoa do Mineiro
06	Santana do Acaraú	E.E.M. José Fidelis de Moura	Conceição Bonfim
07	Canindé	E.E.M. Filha da Luta Patativa do Assaré	Santana da Cal
08	Ocara	E.E.M. Francisca Pinto dos Santos	Antônio Conselheiro
11	Jaguaretama	E.E.M. Pe. José Augusto Régis Alves	Pedra e Cal
12	Quixeramobim	E.E.M. do Campo Irmã Teresa Cristina	Nova Canaã
12	Madalena	E.E.M. João dos Santos Oliveira	25 de Maio
13	Monsenhor Tabosa	E.E.M. Florestan Fernandes	Santana
14	Mombaça	E.E.M. Paulo Freire	Salão

Fonte: SEDUC, e adaptada pela autora (2021)

Mapa 4: Localização das escolas do campo em assentamentos no Estado do Ceará.



Fonte: SILVEIRA, V. L. (2021)

O avanço da reforma agrária<sup>4</sup> no estado propiciou o desenvolvimento de várias dimensões: social, política e econômica no campo. O avanço com relação a políticas relacionadas as Escola do Campo no Ceará, decorrem deste fortalecimento, que ocorreu de modo gradual, tendo como início o ano de 2010 com as Escolas Estaduais em Itapipoca, Jaguaretama, Madalena e Monsenhor Tabosa, e hoje atingindo a marca de 10 Escolas, sendo a mais recente no município de Quixeramobim integrada no ano de 2020.

A tabela 3 expressa os valores das matrículas realizadas nas Escolas do Campo para estudantes de 3ª série do Ensino Médio durante o período de 2010 a julho de 2021. Vale ressaltar que os números abaixo mostram a importância do fortalecimento da Educação do Campo por todo território cearense, mesmo que longe do ideal para atender as necessidades dos inúmeros Assentamentos. Com um total de 5.057 matrículas divididas no período de 2010 a 2021 dentre as 10 Escolas do Campo, esse número apesar de significativa mostra que ainda há um longo

<sup>4</sup> A reforma agrária é uma série de medidas implementadas pelo governo para promover a distribuição de terras entre os trabalhadores rurais, alterando os direitos e regulamentos de uso da terra de acordo com os princípios de justiça social e aumentando a produtividade do trabalho estipulada por lei. No. 4.504 / 64 (Estatuto da Terra).

caminho para que a educação básica atenda todos os assentados e torne o acesso ao ensino realmente democrático aos sujeitos do Campo.

Tabela 2: Matrícula de 3ª série das Escolas do Campo Estadual em áreas de Assentamento.

Cr	Mun.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
02	Itapipoca	152	194	146	94	104	108	102	88	145	130	153	181
03	Itarema	--	54	71	70	73	43	85	92	93	143	68	76
06 <sup>2</sup>	Santana do Acaraú	--	--	--	--	--	--	--	24	47	43	31	40
07 <sup>1</sup>	Canindé	--	--	--	--	--	--	62	90	86	101	76	87
08 <sup>2</sup>	Ocara	--	--	--	--	--	--	--	46	75	80	83	61
11	Jaguaretama	33	27	47	42	33	39	42	40	31	33	19	36
12 <sup>5</sup>	Quixeramobim	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	38	38
12	Madalena	29	61	46	55	45	44	36	35	31	45	46	41
13	Monsenhor Tabosa	23	38	31	29	33	45	40	33	31	47	45	50
14 <sup>3</sup>	Mombaça	--	--	--	--	--	--	--	--	33	32	29	35

Fonte: SEDUC - SIGE Escolas, (julho de 2021)

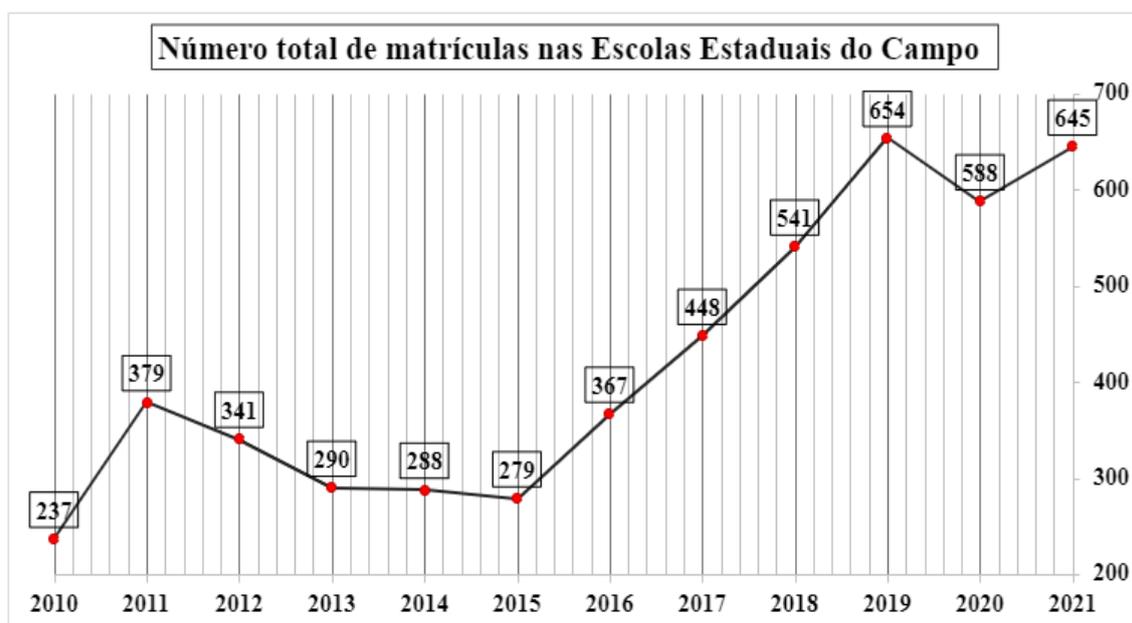
<sup>1</sup>Escolas em funcionamento a partir de 2016; <sup>2</sup>Escola em funcionamento a partir de 2017; <sup>3</sup>Escola em funcionamento a partir de 2018; <sup>4</sup>Escola em funcionamento a partir de 2019; <sup>5</sup>Escola em funcionamento a partir de 2020.

O número de matrículas apresenta um crescimento relevante ao longo do período de 2016 a 2021 expresso abaixo no gráfico 3 pelo aumento no número de Escolas do Campo, que é uma conquista para áreas de Assentamento no território cearense. Esse crescimento se deve pela inserção de novas Escolas do Campo em Assentamentos pois quando analisados os números individualmente há uma certa constância de matrículas no período. Essa inserção apesar de gradativa ampliou a rede de Escolas do Campo do Ceará e ressalta a importância da luta camponesa nesse processo de legitimação do Ensino do Campo, voltado para o Campo, e para aqueles cujo há anos os direitos básicos foram negados.

Com o valor total de 5.057 matrículas até julho de 2021, apresentando uma média de aproximadamente 417 durante o período de 2010 a 2021, o número representa um relevante aumento com relação ao apresentado no site da SEDUC que apresenta dados somente do período de 2010 a 2015. No período de 2010 a 2015 estavam incluídas apenas 5 das 10 Escolas do Campo reconhecidas atualmente pela SEDUC em Assentamentos o que representava uma média de 301 matrículas, o que está bem abaixo do apresentado no período de 2016 a 2021 possuindo 532 matrículas. Com exceção do ano de 2020, onde houve uma queda significativa, analisando os resultados obtidos no gráfico 3 observa-se através da crescente exposta abaixo a importância das Escolas do Campo na formação básica dos assentados.

A queda expressa no período de 2020 pode estar ligado a diversos fatores, sendo que o mais óbvio seria em decorrência da crise sanitária mundial ocasionada pela pandemia de COVID-19. Contudo, os dados não podem estar associados as consequências da pandemia da COVID-19 na educação já que a data de referência é 11 de março, data anterior ao fechamento das escolas e início do período de isolamento social. De acordo com resultado final do Censo Escolar da Educação Básica 2020 disponível no Diário Oficial da União pelo MEC aponta um déficit de 650 mil matrículas em todo Brasil em escolas da rede pública se comparados o ingresso dos estudantes de 2019 a 2020. O que torna a queda apresentada condizente com o ocorrido nas demais instituições de ensino básicas no Brasil, porém não sendo possível apontar uma causa específica para o ocorrido na Escola do Campo E.E.M.F.F.

Gráfico 3: Número total de matrículas nas Escolas do Campo do 3º ano do ensino médio



Fonte: SEDUC - SIGE Escolas, (julho de 2021)

De acordo com Cordeiro e Oliveira (2018) a luta pelo direito à educação no Estado do Ceará, tem seu fortalecimento ao longo dos anos e através das conquistas históricas como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo de 2002<sup>5</sup>. O Movimento

<sup>5</sup> Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico.

Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_parecer\\_36\\_de\\_04\\_de\\_dezembro\\_de\\_2001.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf)

Sem Terra é protagonista na luta pela Educação do Campo desde seus primórdios, da concepção teórica até das práticas e lutas políticas. Esta realidade gerou grandes impactos na produção de pesquisas e conhecimentos múltiplos no campo da educação popular. A Educação do Campo fundamenta-se na ação dos movimentos sociais e sindicais do campo na proteção dos direitos, incluindo disputas pela participação mais direta na formulação, de políticas públicas específicas. (MOLINA; FREITAS, 2010).

A partir da análise feita por Bicalho; Macedo; Rodrigues, (2021), percebe-se que,

Os princípios da educação do campo enaltecem a participação coletiva e democrática, marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais camponeses, suas lutas e conflitos com os latifundiários. Com a aprovação de diretrizes educacionais específicas para os sujeitos do campo e a construção de processos identitários reivindicados pelos movimentos sociais populares, evidenciamos a ampliação dos dispositivos legais que asseguram o direito à educação aos estudantes do campo.

Segundo Neto (2005), o MST tem como uma de suas premissas a filosofia educacional adotada por Paulo Freire, o MST defende a visão de que a educação pode ser um fator de justiça social.

#### **4.2 E.E.M. Florestan Fernandes e o acesso ao Ensino superior**

A Educação do Campo desempenha um papel além do ensino tradicional, discute as necessidades dos Assentamentos, envolve o contexto vivenciado pelos camponeses e denuncia a desigualdade histórica que atinge este grupo social, pois

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro. (CALDART, 2003, p. 66)

Nesse contexto social de luta, a Escola Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes, localizada no Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa foi uma das primeiras Escolas do campo no Estado, e representa uma conquista de grande relevância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no avanço de políticas educacionais do campo no estado. Sendo reconhecida como uma Instituição Estadual de Ensino em 2010 pela SEDUC, a Escola representa uma conquista para que os camponeses do Assentamento tivessem novas perspectivas sobre o rumo que tomariam além do que lhe era imposto pela realidade vivenciada. Fernandes (2019) diz que a Escola Estadual Florestan Fernandes foi criada de acordo com os princípios básicos da educação do campo, por meio do trabalho árduo e da mobilização social dos moradores para conseguir uma educação pública de qualidade e adequada as condições e necessidades locais. A luta e a mobilização dos agricultores começaram principalmente com a força expressa pelo MST como um movimento unido e transformador, que tem grande participação na efetivação da luta pela terra e outros direitos humanitários básicos referentes a melhoria de aspectos sociais ligados à qualidade de vida.

A Escola apresenta uma estrutura física satisfatória que torna o desenvolvimento de práticas educativas abrangente como observa-se na tabela 4. A escola conta com um corpo docente compostos por 18 profissionais da educação, e 16 salas para realização de aulas de acordo com a distribuição semanal das disciplinas. É importante ressaltar que a E.E.M.F.F possui uma estrutura pedagógica de acordo com o plano de educação comum, mas também disciplinas como projetos, estudos e pesquisas, organização do trabalho e técnicas produtivas e práticas sociais e comunitárias.

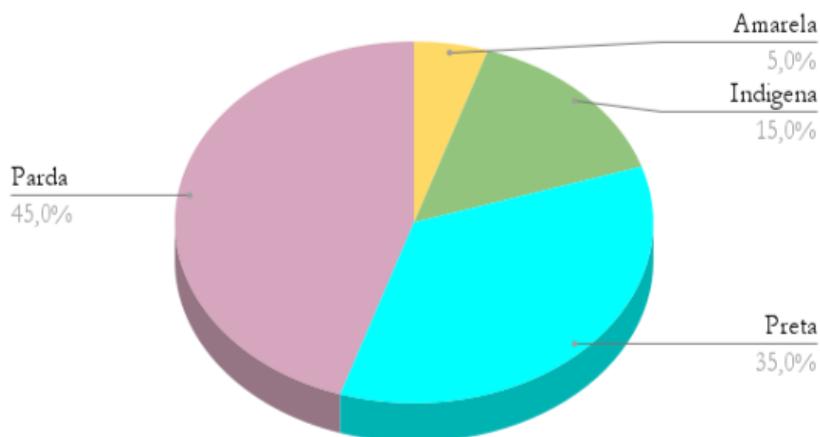
Tabela 4: Complexidade da gestão escolar da E. E. M. F. F.

<b>Matrículas</b>	179
<b>Matrículas em tempo integral</b>	92
<b>Turmas</b>	7
<b>Turnos de funcionamento</b>	3
<b>Salas de aula</b>	16
<b>Docentes</b>	15
<b>Indicador de Complexidade de gestão</b>	Nível 4
<b>Modalidades/ Etapas oferecidas</b>	Ensino Médio; EJA

Fonte: IDEB/INEP (2021)

A E.E.M.F.F possui uma composição étnico-racial bem diversa como observado no gráfico 4, onde 80% se autodeclaram pretos ou pardos, 15% indígenas e 5% amarelos.

Gráfico 4: Percentual Étnico-racial da E. E. M. F. F.



Fonte: IDEB/INEP (2021)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado pelo Inep - Instituição Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no ano de 2007 para mensurar a qualidade do ensino nacional e definir possíveis estratégias para a melhoria do ensino. Também é um relevante indicador nacional que utiliza dados específicos para monitorar a qualidade da educação da população, e pode ser utilizado para mobilizar os atores sociais com o acesso aos dados para buscar a melhoria no índice e na média final conquistada. Os índices de aprovação são baseados no censo escolar anual e a cada 2 anos são realizados exames externos, onde também são feitas estimativas acerca dos possíveis índices obtidos pelas instituições de ensino básico criando-se uma meta.

O índice possui uma variação de notas entre 0 e 10, e uma das metas objetivadas como estratégia de melhoria e que as escolas obtenham uma média 6 até 2022. A E.E.M.F.F até o momento teve duas participações no IDEB obtendo em 2017 um índice de 3.1, em 2019 obteve um índice de 3.6 que foi um pouco acima da meta projetada que seria de 3.3 e já alcançando a meta projetado para o ano de 2021. A escola, como visto na tabela 5, apresenta uma evolução gradativa expressa pelos índices obtidos o que demonstram que as metas projetadas e as estratégias estão funcionando de modo efetivo segundo indicadores do IDEB.

Tabela 5: Índice obtido E.E.M.F.F. no IDEB (2017-2019)

Escola	IDEB Observado		Metas projetadas	
	2017	2019	2019	2021
EEM FLORESTAN FERNANDES	3.1	3.6	3.3	3.6

Fonte: IDEB/INEP (2021)

As tabelas 6 e 7 mostra as médias obtidas pela escola no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), onde são realizados diversos exames externos com objetivo de diagnosticar as instituições de ensino básico, além de analisar como esses resultados interferem no aprendizado do aluno. A partir desses índices é possível criar metas e assim estratégias adaptadas a realidade de cada escola, para que no fim o resultado expresse uma melhoria no ensino. A E.E.M.F.F obteve um índice de aprovação bem satisfatório com percentuais acima de 90%, o que fez com que os índices apresentados contassem com um relevante avanço nas metas. Além disso, na tabela apresenta que boa parte dos alunos participaram do exame, 46 dos 47 matriculados em 2019 no 3<sup>a</sup> do ensino médio, o que demonstra um comprometimento quanto ao desenvolvimento do ensino na escola.

Tabela 6: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Taxa de Aprovação					
Ano	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	P
2017	90,9	93,8	94,1	--	0,93
2019	90,0	97,8	97,8	--	0,95
Saeb					
Matemática		Língua Portuguesa			N
Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada		
233,4	3,4	227,2	3,3	3,37	
247,9	3,8	243,2	3,8	3,81	

Fonte: IDEB/INEP (2021)

Tabela 7: Participação no Saeb - Ensino Médio

Alunos	Matriculados	Participantes
Total	47	46
Percentual em tempo integral	51.1	53.3
Idade média	19.3	19.3
Percentual de incluídos	2.1	2.2
Percentual de não aprovados	2.1	2.2

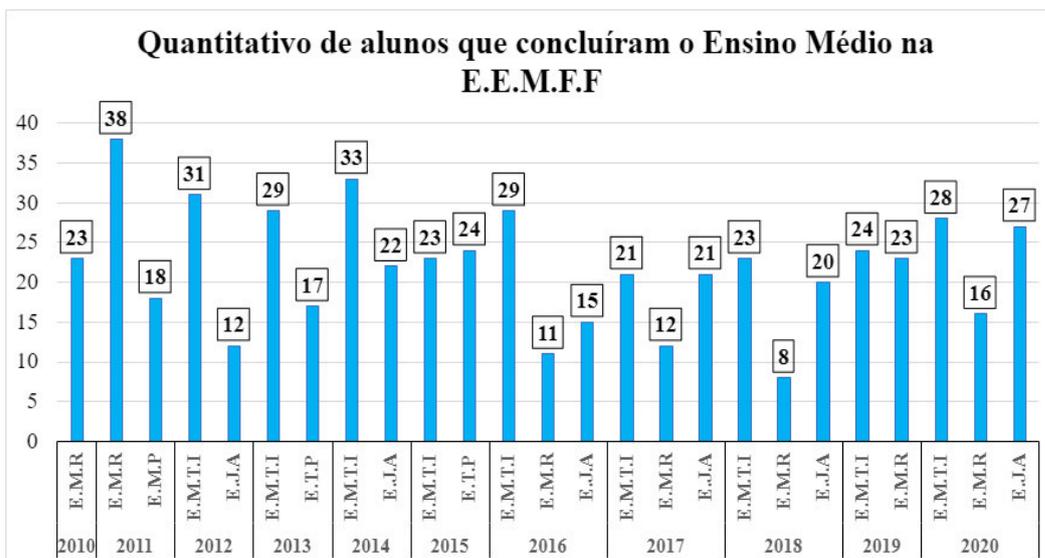
Fonte: IDEB/INEP (2021)

Ao longo dos anos é perceptível que houve maiores oportunidades de jovens de baixa renda e em localidades rurais ingressarem na Universidade através de programas sociais, isso implica em uma grande conquista para a sociedade pois torna o ensino superior gradativamente mais democrático, o que acaba ampliando o seu papel em todas as esferas comunitárias. O papel da E.E.M.F.F., além de preparar os alunos para os diversos desafios que enfrentarão no seu desenvolvimento pessoal, é prepará-los para a vida além da rotina escolar.

A Escola apresenta um bom percentual de concludentes quando analisados o total de matrículas realizados durante o período de 2010 a 2020, como observado no gráfico 5 os estudantes têm se mantido no ambiente escolar o que salienta o baixo índice de evasão. Com um total geral de 24 Turmas e 548 concludentes do Ensino Médio na E.E.M.F.F nos diversos níveis e modalidades de ensino. Tais modalidades como no Ensino Médio Regular (E.M.R), Ensino Médio em Tempo Integral (E.M.T.I), Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (E.J.A), Ensino Médio Profissionalizante (E.M.P) Magistério Normal 4º pedagógico e Ensino Técnico Profissionalizante - Curso de Informática e Preparação Social para o Trabalho - (Projeto E-jovem). Possuindo atualmente apenas as modalidades E.M.R, E.M.T.I e E.J.A, a escola apresenta um constante e notório aprimoramento no modo que as práticas educativas ocorrem no espaço escolar.

Esse elevado nível de permanência observado na Escola pode estar ligado ao modo que o movimento tem gerado a partir de ações formadoras da Educação do Campo, o acaba invertendo a consciência do ambiente escolar e das necessidades educacionais do meio rural. Tal fato é suficiente para garantir que esse campo unificado que não se limite ao material didático comum e que outras metodologias sejam incorporadas à própria prática metodológica inserida no ambiente de aprendizado da escola. Esses cursos são todos educacionais em termos de estrutura, conteúdo e prática docente, na organização do trabalho de educação escolar do campo, especialmente na estrutura social nas quais os assentados vivenciam. (MARTINS, 2012)

Gráfico 5: Quantitativo de alunos que concluíram o Ensino Médio na E.E.M.F.F entre 2010 e 2020.



Fonte: FERNANDES, E.E.M.F.F (2021)

Apesar de avanços em políticas públicas de assistência estudantil e ações afirmativas, o ensino superior brasileiro ainda não é possível para uma maioria, e de acordo com Hage, Pereira e Brito, (2013),

Nesse sentido os movimentos sociais travaram uma luta ao longo dos últimos 20 anos com a realização de várias ações coletivas que pautaram a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, participação e garantia dos direitos sociais, emergindo com isso as cobranças por políticas públicas para a educação superior que contemplem as populações excluídas desse nível de ensino. (HAGE et al, 2013)

Mesmo com o cenário social apresentado acima os jovens do campo oriundos da E.E.M.F.F tem obtido bons resultados com um total de 33 graduados em diversos cursos e Instituições de Ensino Superior no Brasil no período de 2009 a 2020 com o quantitativo exposto nos gráficos 6 e 7. Sendo todos a partir da nota obtida pelo ENEM, como observado nos gráficos 6 e 7 esse total é representado por 17 que conquistaram a vaga via SiSU, 15 via ProUni e 1 via EDUCA MAIS BRASIL.

O SiSU, Sistema de Seleção Unificada, é um programa criado pelo governo federal em 2010 e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo selecionar candidatos participantes do ENEM, alocando-os em universidades federais e estaduais. Todos os semestres são disponibilizadas milhares de vagas, provenientes de mais de 100 instituições públicas de ensino ao redor do Brasil. O processo seletivo, que é gratuito e de modo online, ocorre duas vezes ao ano, antes do início de cada período letivo das Instituições de ensino superior públicas. São disponibilizados durante um período a inscrição a plataforma online para que os candidatos possam escolher os cursos aos quais desejam se candidatar. A cada dia da etapa de inscrições são liberadas notas de corte para os cursos participantes, sendo possível caso a nota seja inferior à nota de corte a troca de curso durante todo o período de inscrição e por fim quando encerrado o processo são liberadas as listas de candidatos selecionados.

Já, o Programa Universidade Para Todos, (PROUNI), promove o acesso às instituições de ensino superior privadas brasileiras para alunos de baixa renda que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública ou que obtiveram bolsa integral em escolas particulares. Fundado em 2004 e aprovado oficialmente pelo governo federal em 13 de janeiro de 2005, Lei 11.096, o PROUNI realiza importante trabalho no campo da inclusão social ao conceder bolsas de 50% e 100% em IES privadas para cursos de graduação e sequenciais de formação

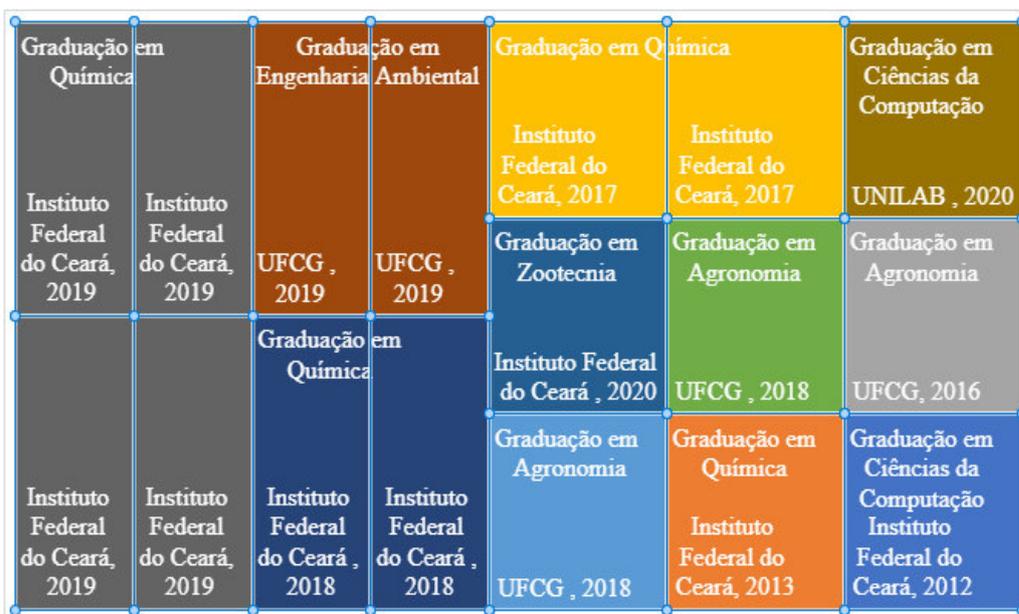
específica. Para se candidatar a uma bolsa pelo PROUNI, o candidato deve ser aprovado no ENEM e obter média mínima de 450 pontos e nota superior a zero na redação.

Gráfico 6: Alunos aprovados em Instituições de Ensino Superior por meio do ProUni egressos da E.E.M.F.F entre 2010 e 2020



Fonte: FERNANDES, E.E.M.F.F (2021)

Gráfico 7: Alunos aprovados em Instituições de Ensino Superior por meio do SiSU egressos da E.E.M.F.F entre 2010 e 2020



Fonte: FERNANDES, E.E.M.F.F (2021)

Vale ressaltar um dos pontos levados por Silvestre e Viera (2016), que faz a seguinte afirmação: “Considerando a perspectiva que, de uma forma geral, a Universidade não se apresenta para integrantes das classes sociais subalternas, para os e as jovens do campo,

historicamente, esse foi um lugar que não existia.” Souza, Marcocci e Pianovski, (2013) também discute esse ponto, ressaltando que o ingresso de estudantes advindos de condições adversas em instituições públicas de ensino superior não pode ser visto como algo que foi concedido de bom grado e de modo simples para as populações mais vulneráveis, que antes era excluída nesse processo de admissão, porém como algo desse processo de conquista estabelecido pelos movimentos sociais. A luta desses segmentos antes excluídos pela abrangência das políticas voltadas a Educação do Campo, e por fim terem a acesso aquilo que já os pertencia como direito constitucional é expressa pela busca por educação de qualidade em todas as esferas educacionais.

Astigarraga e Passeggi (2010) discutem os obstáculos existentes no ingresso do ensino superior por grupos excluídos, destaca que foi um dos pontos levantados pela Declaração Mundial das Nações Unidas sobre o Ensino Superior no Século XXI de 1998 enfatizando a desigualdade no recebimento de oportunidades de acesso a Universidade entre os diferentes grupos sociais. Este ainda é um dos maiores desafios que o sistema educacional enfrenta atualmente no Brasil, agravando-se ainda mais com as contingências de recursos imposta pela Emenda Constitucional N° 95 de 2016<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Emenda Constitucional n° 95 (planalto.gov.br)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi apresentar os aspectos baseados na Educação do Campo como princípio essencial para o desenvolvimento educacional dos jovens no atual no contexto de desigualdades que limitam o acesso ao ensino superior no contexto do semiárido cearense. No capítulo 1 foram apresentados os princípios formadores da Educação do Campo de um modo geral, além da delimitação, justificativa e os objetivos que foram aprofundados nos demais capítulos ao longo do seguinte trabalho. Durante a abordagem inicial da temática foram apresentadas as principais bases teóricas que fomentam a Educação do Campo e a diferencia da antes denominada Educação Rural, que pouco representa o protagonismo dos povos do campo e que negligenciava a cultura camponesa. Já no capítulo 2, foram analisadas as principais características ambientais do Assentamento Santana e do Município de Monsenhor Tabosa, onde foi observado uma relação de respeito e equilíbrio entre a economia local e as práticas agroecológicas que também fazem parte da grade curricular da E.E.M.F.F.

No capítulo 3 foi feita uma análise do contexto histórico e atual no acesso ao ensino superior, onde foram apontadas as principais causas que tornaram e tornam o ingresso ao ensino superior mais difícil de acordo com a localidade que vive ou características socioeconômicas. Foram apontados os principais instrumentos legais que regulamentam políticas públicas voltadas a melhorias no ensino em zonas rurais, e destacadas as principais estratégias que são parte do Plano Estadual de Educação no Ceará que foram observados como relevantes na obtenção de reais transformações no cenário atual. Na meta 21 destacada no PEE, foram destacadas estratégias que fomentam os principais pontos já apresentados ao decorrer do trabalho. Por fim, foi apresentada a opinião dos assentados sobre como o acesso ao Ensino Superior pode transformar a sociedade e a relevância do ingresso as Instituições de Ensino Superior para a formação humana dos jovens do campo.

No capítulo 4 foram apresentados aspectos relacionados a Educação do Campo no contexto do semiárido cearense, a partir das apresentações de estatísticas disponibilizadas pela Secretária de Educação do Estado acerca das 10 escolas do Campo inseridas em Assentamentos rurais. Além disso foram apresentadas as principais estatísticas educacionais relacionadas a Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes, como taxa de matrículas e concludentes, resultados do IDEB, e por fim dados referentes ao acesso a instituições de ensino superior. Foi observado durante a apresentação dos principais resultados, índices satisfatórios e crescentes na E.E.M.F.F, e uma forte participação dos alunos no fortalecimento de uma pedagogia adaptada a realidade vivenciada na comunidade.

Após a discussão acerca do contexto histórico e atual do acesso ao ensino superior no Brasil, apresentando os principais desafios enfrentados por aqueles que veem na Universidade uma forma de ascensão social, cultural ou profissional, é notório o quão desigual é o ingresso as Instituições de Ensino Superior. Com enfoque na Educação do Campo, onde a população foi uma das mais prejudicadas ao longo na formação da sociedade brasileira, torna-se perceptível o modo que os movimentos sociais foram e são essenciais para a busca de melhorias que tornaram possível a gradativa inserção dos jovens do campo no espaço universitário. Porém, esse número está longe de ser considerado democrático e justo por mais que haja a presença de medidas legais que asseguram a ampliação e desenvolvimento de tais políticas no Estado do Ceará, onde está localizada a Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes.

Conforme Dias Sobrinho (2010), um sistema educacional que reafirma o preconceito e contribui para o aumento da exclusão social não pode ser para o bem comunitário e para aplicação de um sistema justo. Uma sociedade que se recusa a fornecer educação de qualidade para todos é uma sociedade injusta e democraticamente subdesenvolvida. Isso acaba tornando a Universidade restrita a um pequeno número de pessoas, que pode atrair certos aspectos de um mercado baseado apenas na prestação de serviços, porém que não contribui para a justiça social. Pois a mercantilização do ensino torna o ingresso ainda mais inacessível e torna a Educação mais um campo onde apenas se objetiva o lucro sem se importar com a qualidade do capital intelectual que será inserido em sociedade.

Além disso, a ideia ou ideal de construir a humanidade como campo educacional não corresponde à lógica da mercantilização da vida humana em geral ou dos bens educacionais em particular. É preciso pensar mais a esse respeito, à medida que os sistemas de ensino superior se tornam cada vez mais privatizados, o que pode levar a um aumento na disponibilidade de instituições educacionais e de conhecimento, porém não gerará uma real transformação social. (DIAS SOBRINHO, 2013)

Com a mercantilização do ensino superior as desigualdades se tornaram cada vez maiores e o instituições superiores, assim como no início da formação socioeconômica do Brasil, serão destinadas a quem pode pagar. Tal fenômeno vem ocorrendo com o aumento de Instituições de Ensino Superior privadas, que ampliam a número de vagas disponíveis para o acesso ao ensino superior, porém não atende a demanda social para aqueles que possuem vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, apesar de todas as adversidades a apresentadas ao longo do seguinte trabalho, a Educação do Campo vem transformando o modo que a educação é desenvolvida nos Assentamentos Rurais do Estado do Ceará e gerado uma forte participação dos jovens do campo em espaços acadêmicos. Com a destaque a Escola do Campo Estadual de Ensino Médio Florestan Fernandes cujo resultados apresentam muito mais que números, mas pessoas que lutam para manter o ensino um bem comunitário e acessível a todos. O papel formador do Educação do Campo, aliada a demais pedagogias desenvolvidas com base na organicidade dos movimentos sociais, engloba diversos fatores essenciais para uma formação de sujeitos autônomos e críticos quanto ao seu papel em sociedade.

O papel da Educação do Campo no atual e histórico contexto de desigualdades do acesso ao Ensino superior está na formulação de uma pedagogia que fortalece o campo como santuário de saberes e construtor de valores humanos. E ver o campo como esse santuário retorna-se as bases, bases essas que são necessárias para que haja uma construção coletiva de uma sociedade igualitária.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo**: processos históricos e pedagógicos em relação. Cadernos Cedes, v. 27, n. 72, p. 177-195, 2007.

ASTIGARRAGA, Andrea Abreu; PASSEGGI, Maria da Conceição. **DE OUTSIDER À ESTABELECIDORA**: PROCESSO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR DE UMA JOVEM UNIVERSITÁRIA COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL NO CAMPO. 2010.

BRANDÃO, R. D. L.; FREITAS, L. C. B. **Geodiversidade do Estado do Ceará** - Programa Geologia do Brasil Levantamento da Geodiversidade. Revista geológica Brasil, 37-58, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. **Diário oficial da união**. Brasília, 05 de novembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/96. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em 27 de julho 2021.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches; RODRIGUES, Guilherme Goretti. EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: enfrentando o desmonte das políticas públicas. **Periferia**, v. 13, n. 1, p. 39-59, 2021.

BRITO, Cleano Soares. **Contribuições ao estudo da transição agroecológica no assentamento Santana-CE**. 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. ACESSO, EQUIDADE E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **OFEIN BRAZIL**, Universidade Federal de São João del-Rei, p. 15, 18 out. 2010.

CORDEIRO, Cinira Ricardo; OLIVEIRA, Marize Luciano Vital M de. A ESPACIALIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DO CAMPO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: CONSTRUÇÃO COLETIVA E EM MOVIMENTO NO CEARÁ. **Para Onde!?**, v. 10, n. 2, p. 163-172, 2018.

CRUZ, Gabriela Teles Meira. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**: impactos e implicações na melhoria da qualidade educacional brasileira.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior**: bem público, equidade e democratização. Avaliação: revista da avaliação da educação superior (Campinas), v. 18, p. 107-126, 2013.

\_\_\_\_\_, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1223-1245, 2010.

FERNANDES, Ivanete Ferreira. Agroecologia e Educação do Campo: a experiência da Escola do Campo Florestan Fernandes no Assentamento Santana–Monsenhor Tabosa/CE. **Educação do Campo, Práticas Pedagógicas e Questão Agrária: Movimentos sociais e universidades públicas na construção de territórios camponeses no Brasil**, p. 106, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FERRAZ, Maisa Oliveira Melo et al. A “democratização” do acesso ao ensino superior em tempos neoliberais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 61185-61196, 2020.

Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME acesso em: 30 de julho de 2021. Acesso em: Calendário <http://www.funceme.br/app-calendario/diario/municipios/maxima/2021/1de> Chuvas do Estado do Ceará (funceme.br)

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME **A Zona costeira do estado do Ceará: compartimentação geoambiental e antropismo**. Fortaleza: FUNCEME, 2009. 67 p. il. Anexos de memória fotográfica e compartimentação geoambiental do estado do Ceará.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação, n. 6, p. 15-29, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej; PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. **Educação superior e democratização: o acesso de populações negras, indígenas e do campo no ensino superior na Amazônia paraense**. Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação, v. 22, n. 2, p. 83, 2013.

MARTINS, Fernando José. **A pedagogia da terra: os sujeitos do campo e do ensino superior**. Revista Educação, Sociedade & Culturas, v. 36, p. 103-119, 2012.

MOLINA, Mônica; FREITAS, Helana Célia. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em aberto, v. 24, n. 85, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? **Travessias**, v. 3, n. 3, 2009.

NASCIMENTO, Mirian Bezerra de Matos; MARQUES, Tatyane Gomes; TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **Jovens do campo no ensino superior**. Revista Exitus, v. 10, p. e020035-e020035, 2020.

NETO, Luiz Bezerra. Educação do campo ou educação no campo? **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 38, p. 150-168, 2010.

PAVINI, Gislaine Cristina; Ribeiro, Maria Lúcia; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública? **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 1, p. 230-241, 2020.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. **Cadernos ANPAE**. Rio Grande do Sul-UFRGS, v. 15, n. 05, p. 2019, 2007.

PORFIRIO, Geovani Leonardo. **Evasão na escola do campo**: uma revisão bibliográfica. 2018. 18 p. Artigo (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/63372>. Acesso em: 1 ago. 2021.

RAMOS, Armenes de Jesus; NASCIMENTO, Zinara Marcet de Andrade; TURMENA, Leandro. Inclusão dos jovens do campo no Ensino Superior: limites e possibilidades/Inclusion of the countryside youth into higher education: limits and possibilities. **Educar em Revista**, p. 167-189, 2017.

RIBEIRO, Simone; FERREIRA, Ana Paula; NORONHA, Suely. **Educação do campo e Agroecologia**. Construção do Conhecimento, 2007.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo**: Um olhar panorâmico. Mídia Educação para a diversidade, Brasília: Ministério da Educação, 2005.

ROSSETTO, Cristina B. de Souza; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais (Nappe), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2015, v. 58, n. 3. Acessado 18 julho de 2021, p. 791-824. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201559>.

SANTOS, José Filho Araújo. **As escolas do campo do MST/CE como espaço contra hegemônico**. In Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci - JOINGG. VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Práxis, formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia, 2016, Fortaleza, CE. Anais (on-line). Fortaleza.

SANTOS, Lindinalva Vicente de Almeida; CARVALHO, Maria do Socorro de; BARROS, Andreia. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS ENTRAVES QUE OS JOVENS DA ZONA RURAL ENFRENTAM PARA CONCLUIR O ENSINO MÉDIO E INGRESSAR NO ENSINO SUPERIOR**. 2017

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC. **Educação do Campo**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-do-campo/>. Acesso em: 02/06/2021.

SILVA, Pedro Claesen Dutra. Educação e hegemonia camponesa: MST e educação do campo no estado do Ceará. **Filosofia e educação**, v. 2, n. 1, p. 224-236, 2010.

SILVESTRE, Célia Maria Foster; VIERA, Ana Janet Villafán. **Gênero, etnia e acesso ao ensino superior**: redimensionado a noção de projeto. *Movimentação*, v. 3, n. 5, p. 88-105, 2016.

SOUZA, Henrique A. de et al. Níveis críticos para atributos do solo pela distribuição normal reduzida em culturas anuais de subsistência. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 18, p. 425-430, 2014.

SOUZA, Maria Antonia de; MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula; PIANOVSKI, Regina Bonat. **Escolas públicas do campo**: Políticas necessárias à superação da desigualdade e exclusão. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 8, n. 15, p. 31-43, 2013.